



ÁREA EDUCAÇÃO, ARTE E CULTURA

PROGRAMA PRAZER EM LER Proposta Técnica

Agosto 2009

Realização

Instituto C&A

Diretor presidente

Paulo Castro

Assessora de Educação

Alais Ávila

Gerente da área Educação, Arte e Cultura

Áurea Maria Alencar R. de Oliveira

Coordenadora do programa Prazer em Ler

Ana Dourado

Coordenadora dos programas Educação Infantil e Educação Integral

Priscila Fernandes

Gerente da área Desenvolvimento Institucional e Comunitário

Janaina Jatobá

Coordenadora dos programas Desenvolvimento Institucional e Redes e Alianças

Cristiane Felix

Gerente da área Mobilização Social

Carla Sattler

Coordenador do programa Voluntariado

Luiz Covo

Analista de projetos

Solange Martins

Assistentes de programas

Daniela Paiva

Patrícia Souza de Carvalho

Vânia Vital

Consultor do programa

Cida Fernandez – Centro de Cultura Luiz Freire

Revisão e edição

Beatriz A. Vasconcelos



PROGRAMA PRAZER EM LER

Proposta Técnica

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PRAZER EM LER	6
3. DADOS DE CENÁRIO	7
4. ÁREA DE ABRANGÊNCIA.....	14
5. PÚBLICOS DO PROGRAMA	14
6. DIRETRIZES INSTITUCIONAIS PARA O PROGRAMA	14
7. PRINCÍPIO BÁSICO DO PROGRAMA.....	14
8. OBJETIVOS DO PROGRAMA	14
9. INDICADORES E METAS.....	15
10. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO PROGRAMA	16
11. ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	21
12. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA.....	26
13. RESULTADOS ESPERADOS	27
14. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO	28
BIBLIOGRAFIA	29
ANEXOS	
1. Estudos de Cenário	
2. Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Projetos de Leitura	
3. Plano Anual de Ação (com orçamento)	



PROGRAMA PRAZER EM LER

Proposta Técnica

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Instituto C&A – Perfil institucional

O Instituto C&A é uma organização sem fins lucrativos que tem por finalidade promover e qualificar, em âmbito nacional, a educação de crianças e adolescentes. Esta finalidade, já estabelecida no ato de criação do Instituto C&A, em 1991, perfaz a essência da missão desta instituição e define suas diretrizes no sentido de contribuir para a efetivação dos direitos de crianças e adolescentes a uma educação de qualidade.

Mediante os pressupostos anunciados em sua missão, o Instituto C&A organiza suas atividades em torno de três áreas de investimento¹:

Educação, Arte e Cultura, área na qual se encontram os seguintes programas/projetos:

- Programa Prazer em Ler
- Programa Educação Infantil
- Programa Educação Integral Núcleo de Cultura e Arte

1. Desenvolvimento Institucional e Comunitário, com os programas:

- Programa Desenvolvimento Institucional
- Programa Redes e Alianças

2. Mobilização Social

- Programa Voluntariado Empresarial

A política de investimento do Instituto C&A se dá por meio da formação de parcerias e alianças, propiciando apoio técnico e financeiro a programas e projetos sociais realizados por outras instituições sem fins lucrativos e pelo poder público, considerando, nesta relação, o compartilhamento de princípios, valores, diretrizes e decisões estratégicas.

1.2. Educação, Arte e Cultura – Programa Prazer em Ler

No cenário das políticas sociais brasileiras, a sociedade civil tem um papel de grande relevância, sobretudo no que diz respeito ao enfrentamento de questões relacionadas aos direitos fundamentais de cidadania: direito à educação de qualidade, direito a uma vida saudável, direito ao trabalho, direito à igualdade de oportunidades, direito à cultura e ao lazer, entre outros. São sobejamente conhecidas as instâncias de participação da população brasileira, como conselhos, fóruns e movimentos, dentre outros, que trazem à tona discussões acerca da real efetivação dos direitos consagrados pela Constituição de 1988. Os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, ora em situação de confronto, ora em posições de franco diálogo e cooperação, vêm alcançando resultados eficazes quando optam por compartilhar responsabilidades. Esta associação entre o público e o privado é hoje responsável por mudanças substanciais em diversas áreas passíveis de intervenção humana, como por exemplo, a área do meio-ambiente, da saúde, do trabalho, da educação, etc.

Missão do Instituto C&A

Promover a educação de crianças e adolescentes das comunidades onde a C&A atua, por meio de alianças e do fortalecimento de organizações sociais.

¹Desde que foi criado, o Instituto C&A investiu cerca de US\$ 55 milhões em aproximadamente 1,3 mil ações sociais voltadas à educação de crianças e adolescentes. Algumas dessas iniciativas ganharam status de política pública, de modo que o número estimado de beneficiários nos projetos apoiados pelo Instituto C&A é de 1 milhão de pessoas. A organização é mantida por doações da Cofra Foundations, que é o braço social do Grupo Cofra, holding que controla a C&A.



O Instituto C&A, ao delimitar, no amplo campo das ações sociais, o foco de sua atuação, elege como prioridade a educação de crianças e adolescentes, por acreditar no papel essencial dos processos formativos para o público infanto-juvenil. É preciso remarcar que o Instituto C&A concebe a educação como condição preponderante para a cidadania e a democracia, e que, de tal forma, considera que ser cidadão e ser indivíduo é um processo que requer aprendizagem ao longo da vida. Aí está implicado que a construção do sujeito tanto na esfera individual quanto na esfera política e social (isto é, na esfera da cidadania) não é possível sem que haja uma devida apropriação do conhecimento socialmente produzido, o qual se traduz nos diversos saberes, técnicas, valores, instrumentos, usos e costumes, na filosofia e na arte, enfim, na cultura de todo um povo. Sem apropriação da cultura não é possível de fato integrar-se nem como pessoa nem como cidadão e agir, assim, com autonomia. E a grande via pela qual esta apropriação da cultura nos é possibilitada não é outra senão a via da educação, tomada aqui em amplo sentido.

Concepção de Educação

“Educar o ser humano é torná-lo sujeito, é dar-lhe condições para que se aproprie de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e elementos da cultura, para conferir-lhe autonomia”.

A área Educação, Arte e Cultura apresenta-se como uma unidade em que se consubstancia o conceito de educação adotado pelo Instituto C&A e cujos fundamentos estão brevemente delineados no parágrafo anterior. Nesta área estão contemplados programas e projetos de atendimento direto a crianças e adolescentes, devidamente fundamentados e estruturados, mediante estudos prévios do cenário educacional brasileiro, com os fins específicos de subsidiar a política de investimento social do Instituto C&A².

1.2.1. O programa Prazer em Ler pertence à área de Educação, Arte e Cultura e seus princípios, diretrizes, estratégias e ações foram concebidos a partir de uma análise criteriosa sobre a situação da leitura no Brasil. Tal análise permitiu desenhar um programa de projeção nacional, incidindo sobre a problemática apresentada, além de responder à missão do Instituto C&A e a alguns de seus objetivos estratégicos:

1. Contribuir para formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas de educação.
2. Aumentar a eficiência e eficácia na aplicação dos recursos.
3. Assegurar oportunidades de participação social qualificada dos associados da C&A.
4. Fortalecer as organizações sociais que atuam na educação de crianças e adolescentes.

O presente documento tem como principal objetivo delinear a conformação e as ações do programa Prazer em Ler, compondo-se de:

- análise do contexto interno do Instituto C&A e da situação da leitura no Brasil;
- diretrizes, princípios, descrição do público e área de abrangência do programa;
- objetivos, fundamentos, estratégias, resultados previstos e plano de ação do programa;
- anexos específicos que informam mais detalhadamente sobre o programa.

Por tratar-se de um documento de trabalho, é preciso deixar claro que tal documento surge do resultado de um esforço coletivo e se propõe a ser permanentemente atualizado a partir da prática do programa Prazer em Ler.

²Os estudos de cenário contemplam uma série de ações como: questões de conteúdo, análises de tendências e de indicadores educacionais, identificação de atores, de organizações e instituições educativas e a maneira como estas concebem a dimensão de cada tema em pauta, no cenário em que atuam – a leitura, a educação infantil, a educação integral, a cultura e a arte, o desenvolvimento social e comunitário e o voluntariado empresarial.



2. JUSTIFICATIVA DO PROGRAMA PRAZER EM LER

Desde sua criação, em 1991, o Instituto C&A vem seguindo duas premissas básicas: a primeira é a de apoiar projetos que atendam a crianças e adolescentes em suas comunidades, fortalecendo principalmente a oferta de oportunidades educacionais; e a segunda é a de envolver seus associados em ações sociais nas comunidades onde a empresa atua comercialmente. Sabidamente o acesso a uma educação de qualidade é definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como direito básico da infância e da adolescência, e apoiar ações que promovam a efetivação deste direito tornou-se o eixo central a partir do qual o Instituto C&A foi construindo sua rede de parcerias ao longo dos anos. Os projetos apoiados pelo Instituto C&A, embora se caracterizem por uma diversidade de práticas e conceitos, sempre estiveram alinhados com as premissas e direitos definidos no ECA.

Uma educação de qualidade em uma sociedade predominantemente letrada pressupõe naturalmente o desenvolvimento do comportamento leitor³ de crianças e adolescentes. No contexto brasileiro, porém, verifica-se ainda hoje uma evidente fragmentação e precariedade das políticas de formação de leitores. Dados recentes apontam que a consolidação de mentalidades e práticas voltadas para a leitura literária só poderá tornar-se fato a partir de políticas concretas de democratização do acesso ao livro bem como da construção de uma cultura leitora que envolva diferentes agentes da sociedade brasileira⁴.

Mediante tal conjuntura, o programa Prazer em Ler foi concebido com a finalidade de formar leitores e o consequente desenvolvimento do gosto pela leitura, atendendo assim aos objetivos estratégicos do Instituto C&A e contribuindo com a sua missão de promover uma educação de qualidade. A partir de uma análise de contexto sobre a realidade educacional do país (ver anexos), confirmou-se o fato de que a grande maioria dos brasileiros sofre limitações de acesso ao desenvolvimento pleno de suas competências de leitura e escrita. São limitações que impossibilitam diretamente o domínio de códigos básicos de cidadania, uma vez que, na sociedade da informação, a escrita e a leitura são instrumentos imprescindíveis para a expressão de ideias, a comunicação, a manifestação cultural e a participação social dos indivíduos. Ler e escrever são habilidades capazes de qualificar a relação do sujeito com seu entorno, assim como em sua autonomia e consequente inserção social. Por outro lado, à medida em que implantamos bibliotecas e espaços de leitura, expandimos as oportunidades culturais das crianças, adolescentes e seus familiares nas comunidades onde vivem.

O programa Prazer em Ler parte da premissa de que a literatura pode contribuir na construção da cidadania, pois cada leitor elabora, a partir da leitura, reflexões que o apóiam no processo de inserção como sujeito na sociedade. Ao mesmo tempo, a relação do leitor com a literatura é feita de intersubjetividades, ou seja, o leitor vai estabelecendo novas formas de ver, que o permitem ter mais clareza tanto de seu universo interno quanto de seu lugar no mundo.

Por essa razão, como diz Edson Gabriel Garcia *“uma leitura será sempre um processo de produção de sentidos na construção do real, que envolve o sujeito leitor, o texto, as práticas anteriores de leitura”*⁵.

Dentre as várias estratégias de ação que programas de incentivo à leitura podem, em geral, empreender, o programa Prazer em Ler escolheu concentrar-se prioritariamente na promoção do gosto pela leitura. Partindo da premissa de que um real gosto pela leitura pode influenciar positivamente, em vários aspectos, a vida de crianças e adolescentes, o programa orienta seus projetos a promoverem a ampliação do acesso ao livro e a realizarem práticas que estimulem o desenvolvimento de comportamentos leitores (ver nota nº 3).

³COLOMER, Tereza, 2003, p.87. A autora desenvolve a noção de comportamento leitor, considerando os seguintes atributos: os leitores constroem o quadro mental que lhes permitirá acompanhar a narrativa como se estivessem presentes; o leitor lança hipóteses sobre o desenvolvimento narrativo ou reflete sobre o que leu; os leitores se identificam com os personagens e as situações e ficam emocionalmente imersos no texto; os leitores elaboram julgamentos sobre o mérito do texto, embora também apliquem seus próprios julgamentos de valor sobre as situações descritas.

⁴Ver Documento Base do Plano Nacional do Livro e da Leitura, Ministério da Cultura, 2006 e Retratos da Leitura no Brasil, São Paulo, 2008 (2ª ed.)

⁵GARCIA, E.G. Prazer em Ler – um roteiro prático poético para introduzir qualquer um e quem quiser nas artes e artimanhas das gostosices da leitura. Instituto C&A/Cenpec, São Paulo, 2006, p.18.

3. DADOS DE CENÁRIO

Para promover a leitura, o livro, a literatura e bibliotecas (escolares e comunitárias), o programa Prazer em Ler procura atentar para as contribuições atualmente oferecidas neste campo por agentes sociais diversos no cenário nacional. No entanto, a fim de se compreender propriamente as razões que impulsionaram a criação de um programa de promoção da leitura, tal como o programa Prazer em Ler, será útil aqui primeiramente refletir sobre como se deu, ao longo da história, o estabelecimento de políticas de acesso ao livro e de promoção da leitura no Brasil e como se delinea a atual conjuntura do cenário brasileiro em relação ao tema.

Sabemos que a história da leitura no Brasil é marcada por uma elitização das práticas de acesso ao livro. Antes do século XIX, ainda sob colonização portuguesa, eram muito frágeis as ações empreendidas no Brasil para possibilitar a circulação de livros entre sua população. Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, as ações neste sentido ganham novos contornos – sejam aqui mencionados como eventos relevantes a criação da Imprensa Régia (1808) e a instalação da Biblioteca Real (1810) – mas tratam-se ainda de iniciativas fortemente marcadas pelas necessidades e ditames da elite portuguesa. Apesar da progressiva valorização do livro como elemento para a formação cultural e moral da sociedade, quase nada se produzia e se fazia circular na colônia, ao contrário do que já ocorria, na época, em algumas outras regiões da América Latina.

A distribuição dos livros nesta época era extremamente centralizada, dispendo de pouquíssimos agentes distribuidores que propiciassem o acesso a livros nas regiões interioranas do país. Iniciativas pontuais, como a dos mascates portugueses que ofereciam entre seus produtos alguns poucos livros, disputados pela pequena população leitora no Brasil, mostram bem a precariedade da distribuição de livros no período. Mesmo a Imprensa Régia, instalada no Rio de Janeiro em 1808, demorou trinta anos para iniciar a espalhar sua produção para cidades distantes do centro intelectual do Brasil.

Em tal momento histórico a ausência de políticas públicas mais abrangentes fez com que a população de leitores no Brasil dependesse quase que exclusivamente de iniciativas privadas de circulação de livros, uma situação, aliás, ainda verificável em tempos recentes⁶.

Nessa época, era comum a existência de pequenas bibliotecas de profissionais, como advogados e médicos, cujo acervo, além das obras de natureza profissional, constava essencialmente de textos portugueses e franceses. Diversas associações foram criadas, ainda no século XIX, visando promover o acesso ao livro no Brasil. Um exemplo delas foi a Beneficência Portuguesa, fundada no ano de 1840 por iniciativa de Francisco João Muniz – que era também secretário do Gabinete Português de Leitura e encarregado do Consulado Geral de Portugal. Inicialmente criada no Rio de Janeiro, a Beneficência Portuguesa ampliou, mais tarde, sua abrangência para as cidades de Pelotas, Recife, Belém, Manaus, Porto Alegre, Santos e Salvador.

No entanto, iniciativas de dimensão tão localizada não conseguiam atingir nem mesmo a comunidade do entorno mais próximo, mesmo porque seu foco de interesse era bastante específico e a população letrada ainda muito restrita. Ainda assim, alguns estudiosos vêem nesse tipo de associação o embrião dos milhares de bibliotecas comunitárias hoje espalhadas pelo país e que, na ausência de políticas públicas de incentivo à leitura, cumprem o papel de garantir o acesso ao livro em comunidades populares.

De fato, as primeiras iniciativas de instalação de bibliotecas voltadas ao público em geral só aconteceram em 1937, sob o governo ditatorial de Getúlio Vargas, quando foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL). Entre as atribuições do órgão estavam efetivar políticas de implantação de bibliotecas públicas, facilitar a difusão do livro, organizar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, editar obras de interesse para a cultura nacional e estimular o mercado editorial. Apesar da multiplicidade de funções, o INL centrou suas ações na área editorial, notadamente a partir de 1973, quando a instituição foi reestruturada. Mais uma vez sob um período de ditadura, o INL é regido pela concepção política então vigente, que beneficiava a iniciativa privada e facilitava o controle e censura prévia de publicações. Ainda assim, foi a partir do INL que iniciativas de difusão do livro e de desenvolvimento de bibliotecas públicas ganharam impulso, contribuindo para a construção, ainda incipiente, de práticas disseminadas de leitura no Brasil.

⁶ Talvez este dado histórico possa estar na base da ainda atual concentração de práticas associativas ou comunitárias de promoção da leitura em instituições privadas ou de dimensão comunitária.

Na década de 80, as políticas de promoção da leitura estiveram sob a égide de leis de incentivo à cultura ou à produção cultural. Inicialmente chamada Lei Sarney (Lei nº 7.505 de 20 de junho de 1986) e depois transformada em Lei Rouanet (Lei nº 8.313), esse tipo de legislação esteve sempre voltado ao estímulo à captação e à canalização de recursos financeiros para a cultura. As iniciativas empreendidas sob os auspícios de tais leis objetivam comumente a produção de empreendimentos culturais e a publicação de livros, muitos deles livros de arte em edições luxuosas. No entanto, nessa mesma época e, notadamente, na década de 90, surgem projetos e programas governamentais como o Pró-Leitura, Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), Fome do Livro e Vivaleitura, assim como os programas voltados para o livro didático e a biblioteca escolar, como o Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNDE). Tais leis, programas e projetos compõem juntos o cenário imediatamente anterior ao atual, no qual se delineia uma política mais consolidada de promoção da leitura e que será aos poucos implantada através da Lei do Livro (2003) e do Plano Nacional do Livro e da Leitura (2006).

3.1. As políticas de leitura e o público infanto-juvenil

Os programas acima mencionados – Pró-Leitura, Proler, Fome do Livro e Vivaleitura, bem como o PNB, o PNDE e as leis que consolidam a política de promoção da leitura no Brasil – tiveram um impacto significativo nas mudanças das práticas de leitura em espaços públicos frequentados por crianças e adolescentes. Cabe aqui uma observação específica sobre o desenvolvimento, ao longo da história brasileira, do comportamento leitor deste público. Até o século XIX, as crianças e adolescentes estavam praticamente ausentes de qualquer intenção governamental de promoção da leitura. Mesmo a iniciativa privada se comportava de forma alienada em relação à existência de um possível interesse infanto-juvenil pelo acesso a livros. Como foi dito anteriormente, os primeiros impulsos para a produção editorial no Brasil surgem a partir da Imprensa Régia, depois da vinda da corte de D. João VI. No entanto, no que se refere à produção de livros específicos para crianças e adolescentes, as primeiras iniciativas só irão ocorrer um século mais tarde, quando alguns intelectuais brasileiros dão-se conta de que, apesar do discurso de modernização da nação já estar tão propagado, a preocupação com a educação das futuras gerações ainda se mostrava muito frágil.

Embora a tradução de obras estrangeiras dirigidas ao público infanto-juvenil tenha se intensificado no início do século XX, é só entre 1920 e 1940 que, segundo Marisa Lajolo e Regina Zilberman *“toma corpo a produção literária para crianças, aumentando o número de obras, o volume das edições, bem como o interesse das editoras, algumas delas, como a Melhoramentos e a Editora do Brasil, dedicadas quase que exclusivamente ao mercado constituído pela infância”*. A produção nacional deste tipo de literatura é ainda pontual, centralizando-se basicamente na obra de Monteiro Lobato e em iniciativas como do jornal Tico-Tico, que alia produções literárias ao entretenimento em geral.

Mais uma vez, percebe-se que o Brasil demorou muito tempo para transformar a promoção da leitura em uma área visada por políticas públicas. Até pouco tempo atrás, as ações mais relevantes de promoção do acesso ao livro como vetor para ampliação do universo cultural de crianças e adolescentes faziam-se por iniciativas do setor privado, muitas vezes com interesses comerciais. Há poucos registros de bibliotecas comunitárias ou instituições afins especialmente dedicadas à difusão do livro infanto-juvenil. No âmbito deste quadro precário, deve-se destacar a importância da criação da Fundação Nacional do Livro Infanto-Juvenil (FNLIJ), em 1968.

Em tal contexto, no qual os investimentos públicos e a articulação da sociedade para o desenvolvimento do gosto pela leitura mostram-se tão recentes, os programas governamentais descritos acima ganham um peso ainda maior. São iniciativas ainda em estágio de implantação, com a exceção dos programas de distribuição de livros didáticos e de livros considerados para-didáticos, já mais estabelecidos. Estes últimos, porém, não conseguem produzir resultados efetivos no cotidiano das escolas públicas, visto que muitos dos livros distribuídos, sobretudo os de literatura, ficam infelizmente confinados em espaços não acessíveis aos alunos e à comunidade escolar como um todo.

Atualmente o cenário parece tornar-se, no entanto, mais promissor. Aos poucos delineia-se uma discussão tendencialmente mais ampla sobre a importância do acesso ao livro e da formação de novos leitores, algo que já se percebe na definição dos programas governamentais. O Ministério da Educação lançou recentemente um conjunto de publicações destinado a discutir políticas e práticas de incentivo à leitura nas escolas públicas. Em sua justificativa, a iniciativa destaca a importância da ação de governantes de todo o país no sentido de instituírem uma política de formação

⁷LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *Literatura Infantil Brasileira – História & Histórias*. São Paulo: Editora Ática, 6ª edição, 2002. p.46.

de leitores como condição básica para o exercício pleno da cidadania. Percebe-se, nesse enfoque, uma tendência mais voltada para a democratização da informação, deixando de lado uma visão que antes priorizava a produção comercial de livros. A concepção presente nos documentos atuais do Governo Federal parte da ideia de que uma verdadeira política pública de promoção da leitura deve constituir: *“... uma forma de reverter a tendência histórica de restrição do acesso aos livros e à leitura, como bem cultural privilegiado, a limitadas parcelas da população”*⁸.

No mesmo documento acima citado, o Ministério da Educação, visando definir as bases do Plano Nacional do Livro e da Leitura, faz um levantamento das iniciativas governamentais anteriores de fomento à circulação do livro em escolas públicas, ressaltando que, nos anos 80, as iniciativas de distribuição de livros nas bibliotecas escolares eram assistemáticas e restritas a escolas com taxas expressivas de matrícula. Foi só em 1997, com o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), que a distribuição de acervos aconteceu de forma mais geral, para todas as escolas públicas. Inicialmente, de 2000 a 2003, os livros eram distribuídos para os professores e, em 2003, o PNBE criou o programa Literatura em Minha Casa e Palavra da Gente, destinado à distribuição de coleções de literatura diretamente aos alunos de algumas séries, os quais podiam levar os livros para casa. Porém, segundo o próprio Ministério da Educação, *“Ao optar por uma ação dessa natureza, deixou-se, como consequência, de investir no acervo coletivo, debilitando a biblioteca como espaço próprio de organização e disponibilização de materiais diversificados – de obras de referência a periódicos; de livros de literatura a obras de não-ficção; de mapas a novas tecnologias – lugar em que se promove a sociabilidade, mas principalmente, a democratização do conhecimento”*⁹.

Dados publicados pelo Instituto Pró-Livro na segunda edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”¹⁰, confirmam – apesar do crescimento verificado em relação à pesquisa anterior, publicada em 2001 – a pouca intimidade do brasileiro com a leitura e sua pouca frequência a bibliotecas.

Dentre os entrevistados no âmbito da pesquisa acima mencionada, 48% foram computados como não-leitores, devendo-se aí certamente levar em conta o fato de que ainda existe um percentual de 12% de pessoas não alfabetizadas no país. Foram considerados leitores indivíduos que leram ao menos um livro nos últimos três meses (55% da população estudada). Desses, 50% são estudantes que lêem algo porque foi indicado pela escola e 7% que afirmam ler a Bíblia. Da população total brasileira, estima-se que cerca de um terço lê com frequência e supostamente buscam alternativas de acesso ou têm seu contato com livros facilitado em escolas, bibliotecas, livrarias ou pela família. É interessante observar que os leitores que mantêm um contato mais frequente com os livros são os que estão na faixa etária entre 11 e 17 anos. De maneira geral, constata-se que é entre os leitores mais jovens que a leitura possui maior penetração em seu cotidiano, como se vê nos índices abaixo:

- 85% entre os que têm idade entre 11 e 13 anos
- 82% entre 14 e 17 anos
- 61% entre 18 e 24 anos
- 52% entre 25 e 29 anos
- 52% entre 30 e 39 anos
- 49% entre 40 e 49 anos
- 43% entre 50 e 59 anos
- 26% entre 60 e 69 anos
- 20 % entre os que têm 70 anos ou mais

Dados como esses demonstram que investimentos recentemente realizados para promover o acesso ao livro a crianças e adolescentes em idade de frequência escolar obrigatória têm gerado resultados, seja pelo fato de disponibilizar mais livros no ambiente interno das escolas, seja por motivar as famílias através de campanhas e outras ações de incentivo à leitura. Os jovens, por sua vez, por estarem expostos a situações em que a leitura se faz necessária – por razões ligadas ao desejo de se inserir no mercado de trabalho ou pelo interesse em seguir um curso universitário – têm se mostrado um grupo no qual a taxa de penetração da leitura também é alta.

⁸Ministério da Educação: Por uma Política de Formação de Leitores. Brasília: 2006, p.9.

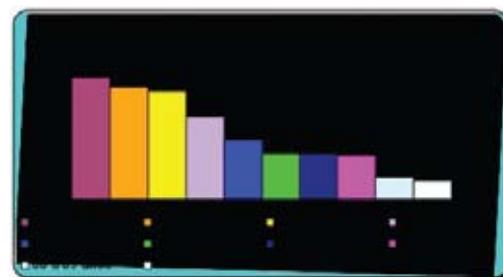
⁹Ibid. p.12.

¹⁰Instituto Pró-Livro. Retratos da Leitura no Brasil. São Paulo, 2008 (2ª ed.).

No entanto, essas conclusões só podem ser feitas em caráter intuitivo, pois, embora a pesquisa ofereça meios de se compreender melhor o perfil do leitor no Brasil, ela traz poucos dados para que possamos inferir quais as práticas que mais influenciam esse comportamento leitor. Como diz Teresa Colomer, *“Não podemos medir a experiência leitora com critérios quantitativos em um mundo mais complexo e cheio de solicitações de lazer e de necessidades de aprendizagem”*. De fato, ao ler os últimos indicadores de leitura produzidos pela pesquisa *“Retratos da Leitura no Brasil”*¹¹, tem-se a impressão de que uma pesquisa de opinião não consegue dar conta da realidade concreta em que o país se encontra no que diz respeito ao acesso aos livros e ao interesse pela leitura. A pesquisa do Instituto Pró-Livro fornece, portanto, apenas um recorte de toda a realidade da leitura no Brasil, o que talvez justifique o próprio título da pesquisa, pois o que dela resulta são imagens recortadas, fragmentos das atitudes daqueles que são ou não considerados leitores no universo pesquisado.

Os dados relativos ao número de livros comprados por habitante por ano (1,2), ao número de livros lidos por habitante por ano (4,7), ao número de leitores autodeclarados (95,6 milhões ou 55% da população estudada) são muito relevantes. Eles apontam para uma situação permanente que diz respeito ao comportamento leitor no Brasil, uma vez que, de fato, em relação aos dados de 2000, esses números pouco mudaram. E isso apesar do universo da pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro ter ampliado a população estudada de 86 milhões em 2000 para 172,7 milhões em 2007. Ou seja, o comportamento leitor no Brasil mantém-se em um padrão precário, um padrão que vem sendo mantido por fatores ainda não substancialmente modificados como renda, acesso a bibliotecas, acesso a livrarias, relação da escola pública com ações de incentivo à leitura, além da carência de programas mais abrangentes de promoção da leitura e de formação de leitores no país.

A pesquisa aponta, no entanto, para uma positiva representação social da leitura no Brasil. Três em cada quatro entrevistados vêem o acesso à leitura como algo positivo, sobretudo por reconhecerem a leitura como uma fonte de conhecimento e por esse conhecimento ser útil em suas vidas. A pesquisa mostra, também, que as pessoas consideradas leitoras no país não têm estratégias claras de ampliação desse universo de conhecimento. 73% dos entrevistados não frequentam bibliotecas, o que permite estimar, segundo a pesquisa, que apenas 1 em cada 4 brasileiros faz uso de bibliotecas.



Os últimos dados do Instituto Pró-Livro mostram ainda que a leitura de livros de literatura fica em terceiro (literatura adulta) e quarto (literatura infanto-juvenil) lugares nas preferências daqueles que foram considerados leitores pela pesquisa. A faixa etária dos entrevistados que mais lê literatura vai de 11 a 24 anos. A cultura de ler poesia e literatura vai se construindo aos poucos e a escola provavelmente tem sido o canal para o estabelecimento desta cultura. No entanto, pela pouca diversidade dos autores literários mencionados por tal público leitor, percebe-se igualmente que o universo literário no qual este público se move é ainda muito restrito.

É justamente com vistas a promover mudanças positivas neste quadro da realidade da leitura no Brasil que o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) foi concebido. A estratégia de ação que o PNLL vem atualmente assumindo visa, sobretudo, a implantar ações que universalizem o acesso ao livro, não apenas em todas as unidades escolares, como também em bibliotecas municipais e comunitárias que possam complementar a ação das escolas. Assim, já em 2006, segundo o documento do Ministério da Educação, houve uma intensa distribuição de acervos literários em todas as escolas públicas do segundo nível do Ensino Fundamental.

O documento base do Plano afirma a intencionalidade da consolidação de uma política de Estado mediante *“a concentração e articulação dos esforços desenvolvidos pelos diversos atores sociais: Estado, universidade, setor privado e demais organizações da sociedade civil que formam o chamado terceiro setor”*¹², com o objetivo de melhorar a realidade da leitura no Brasil.

¹¹ COLOMER, Teresa. Andar entre Livros – A leitura literária na escola. Tradução Laura Sandroni. Global: São Paulo, 2007. p.115.

¹² www.pnll.gov.br – Documento Base do Plano Nacional do Livro e da Leitura, 2006, p.5. Documento apresentado no Fórum – PNLL/Viva leitura (2006/2008), em 13/05/2006.

O PNLL se organiza em quatro eixos estratégicos, a saber: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação; valorização da leitura e da comunicação e apoio à economia do livro. A partir desses eixos, uma das primeiras ações empreendidas pelo PNLL foi a realização de um mapeamento das ações já existentes no Brasil, o Mapa das Ações, que é um cadastro de projetos já em realização ou em processo de construção. Na análise do Mapa de Ações, pode-se observar que proliferaram no Brasil iniciativas de democratização do acesso ao livro e de promoção da leitura. Não obstante a disposição de agentes sociais para realizar ações promotoras da leitura em suas comunidades, verifica-se, no entanto, a ausência de recursos ou infraestrutura para concretizar tal disposição¹³.

Ao definir suas estratégias e linhas de ação, o PNLL incorporou três fatores qualitativos e dois quantitativos, os quais foram previamente apontados pela UNESCO como necessários para a existência expressiva de leitores em um país. Tais fatores são os seguintes:

Qualitativos:

1. O livro deve ocupar destaque no imaginário social nacional.
2. Devem existir famílias leitoras.
3. As escolas devem se constituir em espaços formadores de leitores.

Quantitativos:

1. O acesso ao livro deve ser garantido em dimensão suficiente para atender à população do entorno aos espaços de leitura.
2. O preço do livro deve ser acessível.

Além desses fatores, o seguinte princípio da Unesco foi levado em consideração na definição das políticas do PNLL: *“... a competência em informação encontra-se no cerne do aprendizado ao longo da vida, constituindo direito humano básico em um mundo digital, necessário para promover o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade – no âmbito individual e coletivo – e para criar condições plenas de inclusão social”*¹⁴.

Tem-se como prioritária a leitura literária, o que é justificado pela *“enorme contribuição que (a literatura) pode trazer para uma formação vertical do leitor, consideradas suas três funções essenciais, como tão bem as caracterizou Antonio Candido: a) a capacidade que a literatura tem de atender à nossa imensa necessidade de ficção e fantasia; b) sua natureza essencialmente formativa, que afeta o consciente e o inconsciente dos leitores de maneira bastante complexa e dialética, como a própria vida, em oposição ao caráter pedagógico e doutrinador de outros textos; c) seu potencial de oferecer ao leitor um conhecimento profundo do mundo, tal como faz, por outro caminho, a ciência”*¹⁵.

Como já se mencionou anteriormente, foi nos últimos 20 anos que aumentaram os investimentos públicos, privados e comunitários em ações de promoção da leitura, especialmente da leitura literária. Isso tem acontecido, em parte, por pressão dos movimentos sociais e setoriais.

No Brasil, essas iniciativas têm emergido dos três diferentes setores da sociedade – governo, sociedade civil organizada (movimentos sociais) e setor privado. O setor privado tem investido em programas de distribuição de livros e implantação de bibliotecas e projetos de leitura, além de investir na divulgação e na produção industrial dos livros. Atualmente, a implementação do Plano Nacional do Livro e da Leitura tem possibilitado:

- a articulação e visibilidade das ações em nível nacional;
- o aumento do potencial das ações existentes a partir de editais específicos amplamente divulgados;
- a abertura de espaço para o controle social – discussão de um fundo público para financiar as políticas de leitura.

¹³Tendo-se em vista esta carência material, o primeiro dos editais lançados especificamente pelo PNLL foi o do Concurso Pontos de Leitura – Edição Machado de Assis, que selecionou 600 iniciativas de bibliotecas comunitárias ou instituições afins para receberem kits que incluem acervo bibliográfico, computadores e mobiliário. O Ministério da Cultura destinou R\$ 12 milhões para essa primeira ação do PNLL.

¹⁴www.pnll.gov.br. Documento base do PNLL, 2006, p.20

¹⁵Ibid, p.22.

Cabe à sociedade civil qualificar-se para um diálogo com o poder público, no sentido de influenciar efetivamente políticas públicas que democratizem o acesso ao livro e a práticas de leitura. Para tanto, é preciso registrar, acompanhar, analisar, teorizar, refletir, redimensionar e sistematizar as iniciativas e seus resultados, articular ações conjuntas, pesquisar fontes de financiamento, buscar parcerias, propor orçamento e monitorar sua execução.

3.2. Antecedentes do programa Prazer em Ler – o primeiro ciclo

O programa Prazer em Ler de promoção à leitura completou, neste início de 2009, seu primeiro ciclo de três anos. Principal campo de investimento do Instituto C&A nos últimos anos, o programa foi lançado em fevereiro de 2006, inspirado pela ideia de incrementar a intencionalidade e o impacto das ações de fomento à leitura realizadas pelas instituições que apoiava. Promover a leitura deixou de ser um trabalho periférico, passando a ocupar posição central na agenda do Instituto C&A. A construção de acervo, a implementação de espaços adequados de leitura e a formação de educadores mediadores da leitura estabeleceram-se como pressupostos do programa, que recebeu R\$ 18 milhões em investimentos desde 2006.

No segundo ciclo do programa, iniciado em março de 2009, vivencia-se uma nova fase, tendo-se já à disposição uma metodologia consolidada e processos de monitoramento, avaliação e articulação que foram testados e apresentam bons resultados. Cabe aqui fazer uma retrospectiva dos marcos que definem o programa Prazer em Ler, seja no que diz respeito às suas estratégias de ação, seja no que concerne aos fatos mais relevantes que traçaram sua história ao longo do ciclo anterior. Essa retrospectiva torna-se fundamental para subsidiar a leitura dos demais itens do presente documento, visto que no programa Prazer em Ler tanto a reflexão teórica como o planejamento da prática estão fundados em uma experiência consolidada, na qual se baseia igualmente o replanejamento do segundo ciclo do programa.

Inicialmente, as instituições apoiadas pelo programa Prazer em Ler foram levadas a refletir sobre o desenvolvimento de um projeto de promoção da leitura nas comunidades onde elas já atuavam. Aproveitando sua experiência de educação com crianças e adolescentes, essas instituições foram estimuladas a planejar seus projetos a partir de indicadores de qualidade de espaço, acervo e mediação. Ou seja, o programa Prazer em Ler, desde o início, foi pautado pela concepção de que a promoção da leitura deve acontecer em espaços acolhedores e bem constituídos, onde existam acervos diversificados e adaptados aos interesses dos usuários e com a presença de educadores mediadores de leitura capazes de desenvolver comportamentos leitores nas comunidades, formando leitores cada vez mais autônomos e interessados em buscar suas próprias referências no universo literário.

Assim, o programa Prazer em Ler pôde introduzir a promoção da leitura como prática educativa na maioria das instituições sem fins lucrativos com que firmou parceria. As organizações que fizeram parte do primeiro ciclo já possuíam forte articulação com a comunidade e eram voltadas para a educação não-formal e complementar de crianças e adolescentes. O programa apresentou a tais organizações a importância da leitura, principalmente a literária, na formação de crianças e adolescentes.

A literatura vem tendo um lugar de destaque nos processos de formação de educadores e de leitores promovidos pelo programa Prazer em Ler. Tal campo da leitura foi levado em consideração desde a composição dos primeiros materiais do programa e, a partir de 2007, o foco foi estabelecido cada vez mais neste campo, tanto nos eventos abertos ao público, como nos processos de formação dos educadores mediadores de leitura envolvidos pelo programa. No entanto, constata-se, através de dados recentes divulgados pela pesquisa Retratos da Leitura no Brasil¹⁶, já abordados anteriormente neste documento, e da observação empírica do que foi vivenciado nos projetos contemplados pelo programa, que a leitura literária não faz parte do cotidiano da grande maioria de nossa população. Mesmo entre os educadores brasileiros, a intimidade com livros de literatura parece não ter se estabelecido de maneira ampla.

Ao longo dos três anos de existência do programa Prazer em Ler, 90 instituições sem fins lucrativos voltadas à educação de crianças e adolescentes e situadas em todas as regiões do Brasil estiveram envolvidas em ciclos de formação continuada, os quais contribuíram para a aplicação da metodologia do programa de forma participativa. As instituições parceiras implantaram processos de aferição de resultados e geraram conhecimentos a partir de sua prática. No primeiro ciclo do programa, os projetos apoiados contaram com a participação de cerca de 3 mil associados da C&A que atuam como voluntários do Instituto C&A. Por meio de ações do programa Voluntariado Empresarial, eles foram incentivados a intensificar seu gosto pela leitura e passaram a contar com um acervo de títulos nas dependências das unidades C&A. Atualmente, existem 172 Estações de Leitura do programa Prazer em Ler em operação na C&A, com acervos que variam, em regra, entre 20 e 60 títulos.

¹⁶Instituto Pró-Livro. Retratos da Leitura no Brasil, São Paulo, 2008 (2ª ed.).



Os voluntários atuaram como mediadores de leitura, nas instituições parceiras do programa Prazer em Ler, com o objetivo de promover, junto às crianças e adolescentes dessas instituições, a leitura literária. *“O contato com o programa me proporcionou enorme crescimento na habilidade de escutar e de lidar com as pessoas. E o aumento da minha carga de leitura ampliou meu vocabulário e me ajudou a me expressar melhor”*, diz Vanessa Aparecida da Silva, voluntária pela loja BHZ, de Belo Horizonte (MG).

A partir de 2007, o programa Prazer em Ler passou a ser implementado também em escolas públicas, em parcerias com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) e a Secretaria Estadual de Educação e Cultura (Seec) do Rio Grande do Norte. Professores e educadores de 140 escolas participaram de uma formação continuada em mediação da leitura nessas duas localidades.

No âmbito do ensino formal, o programa Prazer em Ler também contribuiu para a formulação da Lei nº 9.169/2009, que dispõe sobre a criação da Política Estadual de Promoção da Leitura Literária nas Escolas Públicas do Rio Grande do Norte. A ação foi liderada pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE)¹⁷, parceiro técnico do Instituto C&A em Natal. Essa foi uma das conquistas do Projeto de Formação de Educadores Mediadores de Leitura nas Escolas Públicas do Rio Grande do Norte, que vem acontecendo em 79 escolas do Estado, nas cidades de Parnamirim e Natal, desde agosto de 2007.

Uma parceria semelhante foi estabelecida com a Secretaria de Educação do Município de São Paulo, para a formação de orientadores de salas de leitura das escolas municipais da região de Capela do Socorro. A instituição *A Cor da Letra*¹⁸, parceiro técnico do Instituto C&A, promoveu um ciclo de formação que durou um ano e meio, envolvendo educadores de 54 escolas, além de adolescentes que se tornaram jovens mediadores de leitura nas escolas onde estudam.

Em março de 2009, 37 instituições sem fins lucrativos iniciaram um novo ano de apoio pelo programa Prazer em Ler. Elas contam com os conhecimentos acumulados ao longo de sua parceria com o programa Prazer em Ler, registrados em três publicações próprias. A experiência por elas consolidada no primeiro ciclo será igualmente sistematizada em um livro, a ser publicado até o fim de 2009.

3.3. O programa Prazer em Ler em números

2006/2007

- Projetos apoiados: 67
- Recursos investidos: R\$ 5.536.817,23
- Participantes: 64 instituições, 13.886 crianças, 6.271 adolescentes, 616 jovens, 7.365 pais e 1.790 membros da comunidade
- Educadores envolvidos na formação em mediação da leitura: 67 diretos e 727 indiretos

2007/2008

- Projetos apoiados: 72
- Recursos investidos no programa: R\$ 6.817.766,57
- Participantes: 70 instituições, 128 escolas públicas, 64.614 crianças, 7.484 adolescentes, 1.901 jovens, 14.026 pais, 36.321 membros da comunidade e 159.570 pessoas envolvidos em ações de difusão da promoção da leitura
- Educadores/professores envolvidos na formação em mediação da leitura: 434 diretos e 1.544 indiretos

2008/2009

- Projetos apoiados: 82
- Recursos investidos no programa: R\$ 5.689.560,01
- Participantes: 92 instituições, 140 escolas públicas, 42.160 crianças, 10.682 adolescentes, 5.948 jovens, 4.134 pais e 176.913 membros da comunidade
- Educadores/professores envolvidos na formação em mediação da leitura: 337 diretos e 1.470 indiretos

¹⁷Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE) organização que promove e realiza ações que contribuam para o alcance de uma educação escolar de qualidade, no Rio Grande do Norte.

¹⁸A Cor da Letra – organização que realiza ações sócio-educacionais e culturais, desenvolvendo e acompanhando projetos nas áreas de leitura, literatura, juventude, educação, cultura e saúde.



4. ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Em 2008, o programa Prazer em Ler teve uma abrangência nacional, atuando em 26 estados e 56 municípios. Em 2009, o programa atuará com 37 instituições em 23 municípios e em 15 estados.

5. PÚBLICOS DO PROGRAMA

Crianças e Adolescentes participantes de escolas públicas e de organizações não-governamentais que atuam na área da educação

As organizações sempre foram orientadas para realizar ações que envolvessem as famílias das crianças e adolescentes inseridos nos projetos, e também as demais pessoas dessas comunidades que demonstravam interesse em acessar os espaços de leitura.

6. DIRETRIZES INSTITUCIONAIS PARA O PROGRAMA

- Estabelecer relações de parceria com instituições sem fins lucrativos para o desenvolvimento do programa;
- Assegurar a visibilidade do programa por meio de mecanismos de monitoramento e avaliação;
- Reconhecer a leitura enquanto prática social que ocorre em distintos tempos e espaços, situações e modos de realização;
- Assegurar à criança e ao adolescente o pleno exercício do direito de acesso a e uso do livro;
- Assegurar condições para a participação da família e da comunidade em espaços de leitura;
- Estimular a criação de espaços organizados e equipados com material de leitura diversificado;
- Assegurar a formação de mediadores de leitura;
- Estimular a coesão de forças da comunidade, como bibliotecas escolares, bibliotecas comunitárias, grupos organizados e afins para a promoção à leitura.

7. PRINCÍPIO BÁSICO DO PROGRAMA

Ler é uma prática social fundamental à formação do cidadão e importante via de acesso ao conhecimento e à cultura

8. OBJETIVOS DO PROGRAMA

8.1. Objetivo geral

Promover a formação de leitores e desenvolver o gosto pela leitura, por meio de ações continuadas e sustentáveis e de articulações com distintos agentes envolvidos com a leitura no Brasil.

8.2. Objetivos específicos

- Desenvolver projetos de leitura em diferentes espaços institucionais (ONGs, escolas, bibliotecas e outros) em regiões comerciais da C&A;
- Disseminar na sociedade em geral o reconhecimento da importância da leitura, por meio de uma comunicação contínua, sistemática e com alto grau de acessibilidade;
- Articular diferentes agentes sociais que atuam ou podem atuar na promoção da leitura.

9. INDICADORES E METAS

9.1. Plano de ação e sistema de indicadores do programa Prazer em Ler para o ciclo trienal/2009-2011

OBJETIVO GERAL			
Promover a formação de leitores e desenvolver o gosto pela leitura, por meio de ações continuadas e sustentáveis e de articulações com distintos agentes envolvidos com a leitura no Brasil.			
OBJETIVOS	METAS	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
<p>Objetivo específico 1</p> <p>Desenvolver projetos de leitura em diferentes espaços institucionais (ONGs, escolas, bibliotecas e outros) em regiões comerciais da C&A.</p>	<p>Até 2011: Experiências de formação leitora sistematizadas e metodologia do PPL disseminada.</p> <p>1.1. Ano 2009: 80% dos projetos de leitura implantados com desempenho excelente e 20% com desempenho bom em 24 ONGs ou centros culturais, 10 bibliotecas comunitárias e 3 escolas públicas.</p> <p>1.2. Concurso escolas de leitores: Projetos apoiados e monitorados em três escolas do Rio de Janeiro, três em São Paulo e três em Natal.</p> <p>1.3. Organizações-âncora: animam redes locais de promoção da leitura. Organizações-âncora são instituições com mais de três anos no programa Prazer em Ler, as quais serão estimuladas a promover processos de formação e articulação de outras instituições que trabalhem na área de leitura em suas respectivas regiões geográficas. A estratégia do Instituto C&A é apoiar tais instituições para que elas tornem-se cada vez mais uma referência aglutinadora, a partir da qual podem ser organizados núcleos locais que se mobilizam em prol de políticas públicas de promoção da leitura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento leitor dos públicos frequentadores dos diferentes espaços de leitura promovidos pelo programa Prazer em Ler. • Metodologia de formação de leitores sistematizada e passível de ser desenvolvida em diferentes instituições envolvidas com a promoção da leitura. Durante o 2º Ciclo do programa Prazer em Ler (2009-2011). • Percentual de projetos de leitura implantados com nível excelente/bom por tipo de instituição. • Nº de escolas por cidade por grau de desempenho. • Aferir números de organizações-âncora durante o processo. • Significado de organizações-âncora: são organizações que animam redes locais de promoção da leitura. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa qualitativa: observação <i>in situ</i>, entrevistas com pessoas-chave: educadores e mediadores de leitura e leitores. • Documento matriz da sistematização. • Relatório da assessoria pedagógica sobre utilização da metodologia. • Sistema de acompanhamento e avaliação de projetos de leitura. • Pesquisa qualitativa: observação <i>in situ</i>, entrevistas com pessoas-chave: educadores e mediadores de leitura e leitores. • Aplicação de instrumentos de monitoramento.
<p>Objetivo específico 2</p> <p>Disseminar à sociedade em geral a importância da leitura, por meio de uma comunicação contínua, sistemática e com alto grau de acessibilidade.</p>	<p>2.1. Ano 2009: Edição e publicação da memória do programa Prazer em Ler e proposta metodológica.</p> <p>2.2. Para o ciclo: Meios de comunicação divulgam frequentemente e de forma qualificada o tema da promoção da leitura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Edição publicada e distribuída. • Frequência de veiculação de matérias do PPL por tipo de veículo, por tipo de reportagens e notícias em 2009. 	<ul style="list-style-type: none"> • Lista de instituições que receberam ou adquiriram e utilizam publicação. • Análise de clippings.
<p>Objetivo específico 3</p> <p>Articular diferentes agentes sociais que atuam ou podem atuar na promoção da leitura.</p>	<p>3.2. Ano 2010 Cidade Leitora: Ao menos um município implantando plano piloto de política municipal de promoção da leitura.</p> <p>Rede de ONGs promotoras de leitura com 50% dos projetos de leitura articulados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cidade Leitora: 1 plano piloto elaborado em relação ao percentual de projetos selecionados sobre os projetos apresentados. • Redes/cidade ou região percentual dos projetos apoiados articulados em rede. 	<ul style="list-style-type: none"> • Observação das ações previstas e funcionamento do plano municipal de promoção da leitura (relatório analítico). • Relatório de monitoramento.

9.2. Atributos dos indicadores

9.2.1. Comportamento leitor

É uma variável dependente de múltiplos fatores, tais como:

1. Fatores internos e externos aos projetos de leitura do programa Prazer em Ler (inclui escola, família, igreja, equipamentos da comunidade que promovem a leitura, etc).
2. Fatores subjetivos e condições ambientais: é uma categoria-chave possível de ser observada/analísada nos ambientes de leitura do programa Prazer em Ler.

Esta variável - comportamento leitor - pode ser desdobrada em subcategorias, como, por exemplo:

1. A ocupação dinâmica do espaço de leitura pelos públicos da comunidade de destino (escola e/ou comunidade).
2. O conhecimento e autonomia do leitor na circulação do espaço e acesso aos vários suportes de textos.
3. Empréstimos de livros/ tipo de público.
4. Tipos de leitura realizada com mediação.
5. Tipos de leitura realizada individualmente.

9.2.2. Desempenho dos projetos de leitura – atributos

Excelente

1. A promoção da leitura é parte relevante ou principal do programa educacional da organização, refletindo-se na qualidade da organização de espaço e do acervo.
2. A instituição apresenta atividades de leitura planejadas, estruturadas e desenvolvidas com mediação de leitura.
3. Há bases que estruturam a sustentabilidade institucional.

Bom

1. O espaço e o acervo apresentam dimensão e organização adequada.
2. As atividades de leitura são estruturadas, planejadas e desenvolvidas com mediação de leitura.
3. Há potencial e disponibilidade da instituição para aprimoramentos necessários. Há bom potencial de sustentabilidade.

10. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO PROGRAMA

A dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação e a co-responsabilidade pela vida social são princípios da Constituição Federal do Brasil que embasam os princípios adotados pelo Instituto C&A, tanto no que se refere à formulação de sua missão, quanto na condução de seus programas e projetos.

O princípio básico que orienta as ações do programa Prazer em Ler está ancorado substancialmente em princípios gerais do Instituto C&A que, ao tomar a cidadania como meta do processo educativo, afirma ser a criança e o adolescente sujeitos de direitos, ou seja, dotados de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana: o direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho. São direitos garantidos na maioria das constituições políticas ocidentais, cuja não observância leva o Estado, a família e a sociedade a contraírem uma dívida inafiançável com esta parcela significativa da população.

Assim, o Instituto C&A assinala o seu compromisso com a noção de cidadania, vinculada ao princípio da igualdade de direitos e deveres entre todos os seres humanos, tal como consta da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1949) e da Constituição Federal (1988).

Em 2000, quando o Instituto C&A definiu os princípios e diretrizes bem como o marco institucional que pautariam suas ações de apoio a organizações da sociedade civil, já se delineava um conceito de educação amplo e sintonizado com a concepção de cidadania presente no Estatuto da Criança e do Adolescente.

“Educar o ser humano é torná-lo sujeito, é dar-lhe condições para que se aproprie de conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e elementos da cultura, para conferir-lhe autonomia”¹⁹.

Levando em conta tais princípios, o Instituto C&A buscou continuamente formas de contribuir para a qualidade da educação sem necessariamente vincular-se a ações de escolarização formal, uma vez que compreende a educação como campo de desenvolvimento do sujeito em sua integralidade e em sua relação cidadã com a sociedade que o cerca. Assim, investir na promoção da leitura tornou-se um objetivo estratégico da empresa C&A e do Instituto C&A, dado que a prática da leitura é uma prática que faz parte integralmente da vida do indivíduo, prática esta que lhe permite desenvolver uma interação social enquanto cidadão pleno de direitos. É preciso ainda levar em conta, tendo-se em mente os princípios mencionados na missão do Instituto C&A, que a tarefa de promoção da leitura guarda nítidas interfaces com a busca da qualidade da educação oferecida a crianças e adolescentes, podendo ainda permitir o desenvolvimento de alianças neste campo com agentes estratégicos na sociedade civil e no Estado.

Na perspectiva de se integrar à missão institucional de contribuir para uma educação de qualidade para crianças e adolescentes, o programa Prazer em Ler concebe o processo da leitura em três perspectivas:

- a) A perspectiva da leitura como processo de construção de significados.
- b) A perspectiva da leitura literária.
- c) A perspectiva social da leitura ou como processo de construção da cidadania.

Segue abaixo uma sucinta descrição desses itens que dão fundamento teórico ao programa Prazer em Ler.

10.1. A perspectiva da leitura como processo de construção de significados

Os estudos cognitivos permitiram uma melhor compreensão sobre o processo de construção de significados pelo sujeito na sua relação com o mundo e consigo mesmo. Dentro deste contexto de estudos, a observação de como o conhecimento é construído na mente da criança acabou resultando na estruturação de novas concepções de educação.

“Entender como se desenvolvem as estruturas de pensamento durante a infância mudou muitos dos pressupostos educativos vigentes e promoveu um novo tipo de ensino centrado nas crianças que aprendem. Os estudos psicanalíticos se haviam centrado no efeito dos contos sobre o amadurecimento afetivo das crianças, na análise de como a experiência literária na infância estimula a criação de representações que contribuem para a construção da personalidade. A partir da psicologia cognitiva, e dos estudos de Piaget em particular, tentou-se diferentemente, delimitar a relação entre a capacidade de recepção dos contos e o grau de desenvolvimento psicológico das crianças, isto é, o estágio das operações mentais que os leitores infantis são capazes de realizar”²⁰.

Uma importante contribuição da área dos estudos cognitivos foi dada por Vigotsky e outros socioconstrutivistas, que puderam perceber a criança como capaz de criar significados a partir das situações sociais por ela vivenciadas. Vigotsky dá enorme valor à linguagem como instrumento essencial para o desenvolvimento da aprendizagem e aí se abre um grande universo de contato entre a educação e a literatura para crianças. Além da palavra, o jogo também ganha espaço na construção simbólica que a criança vivencia para entender melhor a si mesma e ao mundo que a cerca. E aqui a literatura também exerce um papel importante, uma vez que estabelece relações lúdicas com o real.

Os estudos cognitivos foram fundamentais para a compreensão da leitura enquanto processo subjetivo de construção de significados. Antes desse marco conceitual, as pesquisas sobre compreensão leitora tinham uma tendência a interpretar o comportamento leitor na criança como uma mera apropriação de um esquema narrativo padrão que era aplicado à grande maioria dos textos literários lidos. Imaginava-se que a criança pequena limitava-se a acompanhar uma história a partir do esquema “começo, dificuldade, desfecho”, sem capacidade de incluir enredos mais elaborados nesse padrão. Mais recentemente, os autores tendem a perceber a existência de padrões muito mais elaborados na atividade leitora da criança, sendo eles:

- 1) *Configuração e imaginação: os leitores constroem o quadro mental que lhes permitirá acompanhar a narrativa como se estivessem presentes;*

¹⁹Instituto C&A. Documento de Referência, 2008.

²⁰COLOMER, Teresa. A Formação do Leitor Literário. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Editora Global, 2003, p.80-82.

- 2) *Previsão e retrospectiva: o leitor lança hipóteses sobre o desenvolvimento narrativo ou reflete sobre o que leu;*
- 3) *Participação e construção: os leitores se identificam com os personagens e as situações e ficam emocionalmente imersos no texto;*
- 4) *Valorização e avaliação: os leitores elaboram julgamentos sobre o mérito do texto, embora também apliquem seus próprios julgamentos de valor sobre as situações descritas.*²¹

Reflexões como estas acerca de como os leitores recorrem à literatura para a construção de experiências que os constroem como sujeitos, são referências importantes para o programa Prazer em Ler. Elas permitem adotar uma perspectiva mais ampla no que se refere às expectativas de melhoria da competência leitora das crianças e adolescentes.

Por fim, os estudos cognitivos também constataram que existe uma capacidade inata à criança de, a partir da leitura de ficção, construir experiências sólidas e ampliar suas possibilidades de socialização com o mundo real. Em outras palavras, as crianças sabem como mergulhar na fantasia e ao mesmo tempo construir experiências para decodificar melhor o mundo real. As crianças também não precisam, como o fazem os adultos, separar o que é real do que é fantasioso, elas convivem muito bem com essa ambiguidade e aprendem a tirar da relação com a literatura os esquemas e valores que as ajudem em seu processo de socialização.

*“As implicações dessa proposta para a literatura infantil são consideráveis, já que confirmam a visão da ficção como meio pelo qual as crianças, a partir do seu ‘aqui e agora’, podem mover-se em diferentes mundos e adotar distintos papéis sociais”*²².

Ao mesmo tempo, um contato precoce com a narrativa literária contribui para a construção de associações entre a experiência individual da criança com os padrões culturais e convenções produzidas socialmente, referendadas pelo universo literário. Noções como ritmo, encadeamento de histórias, seguimento de esquemas narrativos, são aprendidas desde uma idade muito precoce (cerca de dois anos e meio) e as vantagens proporcionadas pelo acesso ao universo literário são enormes, sobretudo se ela começa antes mesmo dessa fase. Além disso, é justo considerar que esse contato precoce com noções, convenções e esquemas narrativos pode facilitar a aprendizagem dos conhecimentos necessários para a escolarização e para a socialização da criança.

10.2. A perspectiva da leitura literária

O campo da teoria literária que se ocupa da teoria da recepção vem contribuindo em muito para a evolução dos estudos específicos à literatura infanto-juvenil. A preocupação com a figura do leitor bem como com as condições sociais e culturais que influem na produção e uso dos livros são essenciais para contextualizar devidamente a literatura para crianças e adolescentes.

Em primeiro lugar, essa contribuição da teoria da recepção ajudou a melhor definir o que se entende por “competência literária”, conceito que pode ser muito útil para o aperfeiçoamento do programa Prazer em Ler. Houve enormes avanços no campo da teoria literária no que se refere à definição deste conceito. Se antes os estudiosos buscavam avaliar um leitor competente através da sua habilidade em decifrar os componentes literários presentes no texto, hoje abrem-se caminhos para situar a competência literária no terreno da cultura e da comunicação. A cultura nesse campo de estudo é vista “*não como um ‘depósito’ que os indivíduos armazenam, mas como um mecanismo estruturador de sua forma de ver o mundo*”²³. Assim, ao se deparar com um texto, o leitor é mais competente se consegue construir sentidos nessa leitura e não se consegue decifrar determinados padrões poéticos ou narrativos. Ao mesmo tempo, espera-se que esse leitor também conheça o sistema cultural de uma sociedade, tornando-se mais sensível artisticamente, com uma imaginação mais ativa e com a possibilidade de elaborar ideias que contribuam para sua inserção em um determinado contexto social e cultural. A literatura apresenta-se, assim, tanto como um campo propício ao desenvolvimento da sensibilidade artística, por via da fruição estética, como também como um universo em que o sujeito se constrói como cidadão, partícipe pleno da sociedade e da cultura em que vive.

Os livros de literatura infantil e juvenil foram, aos poucos, considerando esses dois aspectos, construindo múltiplas relações com as heranças culturais, com os aspectos narrativos, bem como com as referências sociais e educativas necessárias para o desenvolvimento cognitivo e inserção social dos leitores.

²¹Cf. COLOMER, op. cit., p.87.

²²COLOMER, op. cit., p.89.

²³COLOMER, op. cit., p.93.

A teoria da recepção também vem contribuindo significativamente para a ampliação de conceitos sobre o ato de ler. Para o programa Prazer em Ler, esses novos conceitos são fundamentais, já que envolvem a compreensão da interação entre o texto e o leitor. Se um dos eixos estratégicos do programa é a mediação da leitura, importa entender qual o papel do mediador na criação de possibilidades para que a relação entre o leitor e o texto seja marcada por experiências educativas, ricas e prazerosas. Para que essa relação ocorra de forma adequada, o leitor precisa dominar certas convenções linguísticas e ter uma base para compreender as mensagens presentes nos livros. Para que o ato da leitura ocorra, em outras palavras, o leitor precisa dominar um certo repertório e seguir estratégias para decodificar a leitura. A escola é a base onde o desenvolvimento desse repertório e dessas estratégias ocorre, mas há muitos outros universos onde tal desenvolvimento pode completar-se ou ampliar-se.

Uma vez que tal base já está estabelecida, o ato da leitura se transforma, então, em uma interação entre o leitor e o texto, interação na qual o leitor busca construir sentidos a partir da memória e códigos que já traz consigo. Igualmente, a partir das novas experiências proporcionadas pela leitura, permite-se uma abertura para a modificação desse horizonte cognitivo. Nesse sentido, apesar do forte papel desempenhado pela imaginação e pelas referências já acumuladas pelo leitor na sua memória, há sempre uma perspectiva de aquisição de algo totalmente novo, acrescentado à experiência do leitor em sua interação com o novo texto lido. Construir possibilidades de chegar a essa relação interativa com o texto é o que nos faz bons leitores. Trata-se do que Colomer chama de “leitor colaborativo”²⁴, aquele que demonstra tanto uma competência interpretativa, como contribui com seus próprios sentidos, sobretudo onde o texto se abre ao não-dito.

Além de Iser²⁵, um dos criadores da teoria da recepção, outros estudiosos vieram dar ainda mais relevância a essa relação interativa que marca a leitura. Bakhtin e Medvedev²⁶, por exemplo, definem a relação com um texto como uma construção negociada por autor e leitor, através da mediação do texto. Essa mediação é marcada pela interação entre os significados desejados pelo autor, o conhecimento prévio do leitor e o que se apreende do próprio texto enquanto um universo único que se expõe à interpretação oferecida no instante da leitura. É o que Colomer chama de “pacto narrativo”²⁷ e que se define como a abertura do leitor para vivenciar uma experiência determinada por condições de enunciação-recepção presentes no texto. Entrar em contato com tal universo de enunciação-recepção e abrir-se às suas possibilidades é a grande habilidade que um leitor pode desenvolver para tirar o melhor proveito e igualmente o maior prazer da leitura. Um processo que pressupõe também, é claro, a habilidade do escritor para estabelecer um tal contato com o leitor.

A concepção de prazer em ler que vem sendo utilizado pelo Instituto C&A no âmbito do programa Prazer em Ler alinha-se, em grande medida, com tais reflexões.

10.3. A perspectiva social da leitura

Uma parte dos estudos literários dirige-se à compreensão da leitura como fenômeno social e da literatura enquanto instituição cultural. Trata-se principalmente de entender a aceitação dos livros por crianças e adolescentes de diferentes setores sociais e como se dá a apropriação cultural desses livros.

Há muitos estudos estatísticos sobre o número de livros lidos, tipos de livros, lugares onde o livro se torna acessível e a combinação desses fatores com os aspectos idade, gênero, características sociais e culturais dos leitores, área geográfica, etc²⁸. Aliados a esses estudos quantitativos, surgiram, um pouco mais tarde, estudos qualitativos, visando a diagnosticar mudanças no comportamento leitor²⁹. Muitos desses estudos partem do pressuposto que houve uma maior oferta de livros nos últimos tempos, sobretudo na escola, e que essa nova realidade deveria ter produzido uma nova situação social sobre o fenômeno da leitura. Para decepção de muitos estudiosos, uma mudança qualitativa no comportamento leitor nem sempre foi constatada, mesmo em países de escolaridade mais elevada.

²⁴COLOMER, T. op. cit. p.96.

²⁵ISER, W. *El Acto de Leer*, Madrid, Taurus, 1987. Citado in COLOMER, op. cit. p.96.

²⁶BAKTIN, M.; MEDVEDEV, P.N. *The Formal Method in Literary Scholarship: A Critical Introduction to Sociological Poetics*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985. Citados in COLOMER, T. op. cit. p.96.

²⁷Expressões cunhadas por Bakhtin e Medvedev, citados in COLOMER, T. op. cit. p.96.

²⁸Inscvem-se aqui as inúmeras pesquisas feitas por órgãos oficiais de quase todos os países, por meios de comunicação ou organizações dedicadas à promoção da leitura, como, por exemplo, as representações do IBBY. In COLOMER, T. op. cit. p.114.

²⁹Estudos realizados em estreita vinculação com os movimentos bibliotecários de incentivo à leitura, sobretudo em França. Idem, p.115.

Ainda na perspectiva social, um outro grupo de estudos concentra-se na análise dos textos, percebendo seu papel educativo ou mesmo na criação de valores tidos como desejáveis para as crianças e adolescentes em uma determinada sociedade³⁰. Ao longo da história, constata-se que a literatura infantil foi um importante meio de difusão de ideias para as novas gerações. A concepção de infância que permeia essa intenção é a de futuros cidadãos que, se devidamente formados, poderão melhor contribuir para o desenvolvimento da nação. Mesmo nas sociedades modernas e mais democráticas não se pode pensar que os livros infantis são produzidos de maneira neutra, pois, como diz Colomer, “...sua função educativa é muito óbvia e torna-se também muito visível que os autores e editores estão constrangidos por pressões sociais de diversos tipos”³¹.

Assim, se na literatura ocidental do século XIX observava-se uma forte tendência ao moralismo, hoje o politicamente correto também segue uma vocação educativa. Em ambos os casos, o que há mais a lamentar é a falta de sutileza de determinados escritores em inculcar temas pedagógicos ou moralizantes sem conseguir manter as características literárias do texto. Tal equilíbrio é muito raro de ser encontrado.

No entanto, o fato de se comprovar que a intenção ideológica está presente na literatura infantil e juvenil não implica em dizer que se deva excluir os livros que apresentam de maneira mais explícita esse viés. As crianças devem ser capazes de lidar com a multiplicidade de valores que configuram o imaginário social, aprendendo a se mover nesse conjunto, procurando suas próprias referências.

Encontram-se no teórico francês Jean Foucambert e na escritora brasileira Ana Maria Machado algumas posições que aliam a promoção da leitura à ampliação das oportunidades educacionais e de acesso ao conjunto de direitos que definem a condição de cidadania.

Segundo o autor francês, “o aumento do número de leitores começa necessariamente por uma transformação da distribuição do poder, do envolvimento e da responsabilidade coletiva e individual. Quer seja na empresa, na vida social e na escola, sempre ocorre o equilíbrio entre a leitura e o status. Uma coletividade gera apenas o número de leitores dos quais precisa. Somente transformando-se ela abre condições para novas distribuições. Uma ação em favor da leitura inicia-se, portanto, por uma evolução do jogo social com o intuito de responsabilizar as pessoas em seu trabalho, seu lazer, sua vida social. Um grupo que vive é um grupo que lê, e não o contrário”³².

Já Ana Maria Machado traduz em poucas palavras como o incentivo ao prazer de ler deve ser o eixo estruturador de qualquer ação de promoção da leitura que tenha como fim a construção da cidadania: “Todo cidadão tem o direito de ter acesso à literatura e de descobrir como partilhar de uma herança humana comum. Prazer de ler não significa apenas achar uma história divertida ou seguir as peripécias de um enredo empolgante e fácil – além dos prazeres sensoriais que compartilhamos com outras espécies, existe um prazer puramente humano, o de pensar, decifrar, argumentar, raciocinar, contestar, enfim: unir e confrontar ideias diversas. E a literatura é uma das melhores maneiras de nos encaminhar a esse território de requintados prazeres. Uma democracia não é digna desse nome se não conseguir proporcionar a todos o acesso à leitura de literatura”³³.

É a produção de sentido ou sentidos do que se lê que vai permitir ao leitor sua ascensão à autonomia e formulações de juízos críticos. Isto é, um leitor que tem controle de sua própria leitura, que constrói objetivos para a leitura que faz, é capaz, assim, de gerar hipóteses sobre o conteúdo que lê, de buscar outras estratégias de compreensão leitora quando um texto não foi por ele entendido. Diz Foucambert: “tornar-se leitor significa ter acesso aos escritos sociais, sabendo encontrá-los onde estão. Significa, pois, ser usuário de equipamentos coletivos³⁴. O leitor não é aquele que lê o livro que lhe é proposto, mas aquele que cria os seus próprios meios de escolher os livros que irá ler (...); é aquele que conhece os meios para encontrar e diversificar os textos ligados aos seus interesses”³⁵.

³⁰Lafite e Hollindale, citados por COLLOMER, T. op. cit. p.117.

³¹Op. cit. p.117.

³²FOUCAMBERT, Jean. A Leitura em Questão. Porto Alegre, ARTMED, 1994, p.135.

³³MACHADO, Ana Maria. Texturas – sobre leituras e escritos. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2001, p.123.

³⁴O autor refere-se às bibliotecas públicas, disseminadas por toda a França. Aqui também podem ser entendidas as livrarias e demais espaços que propiciem o acesso ao livro e à leitura e que sejam democráticos.

³⁵FOUCAMBERT, J. op. cit. p.135.

11. ABORDAGEM METODOLÓGICA

11.1. Eixos para a implantação de projetos de leitura em diferentes contextos culturais: espaço, acervo, mediação e gestão de projetos de leitura

11.1.1. Espaço – noções de ambiência, acolhida e pertencimento

O programa Prazer em Ler estabelece como critério de apoio a um projeto de leitura a constituição de um espaço físico que se torne referência, na comunidade, para o acesso ao livro e a práticas de mediação de leitura. Mais especificamente, esses espaços podem ser salas de leitura, bibliotecas e espaços móveis (ônibus, barcos, entre outros). Considerado como componente imprescindível do programa Prazer em Ler, o espaço de leitura não pode ser neutro; ao contrário, é importante que ele seja organizado com o intuito de atrair o leitor e viabilizar o acesso e uso do acervo.

Para tanto, a organização do ambiente deve contar com:

- local e mobiliário apropriados para guardar e expor livros e os outros suportes de texto,
- uma boa visualização e comunicação com o ambiente externo onde está inserido,
- facilitação do acesso aos objetos de leitura, para que possam aguçar a vontade e a curiosidade de mexer, buscar, localizar, pesquisar e satisfazer o desejo dos usuários,
- presença de diferentes mídias que favoreçam a interação entre diferentes linguagens: acervos bibliográficos, TV, computador com internet, aparelhos de som e DVD,
- presença de educadores mediadores de leitura durante seu funcionamento para apoiar os leitores em suas buscas e pesquisas e desenvolver atividades planejadas de leitura com os mesmos, e
- uma programação de atividades de leitura conhecida pelo público.

No contexto social em que está inserida a maioria das bibliotecas comunitárias que atendem a crianças e adolescentes no Brasil, torna-se cada vez mais relevante a criação de referências educacionais que contribuam de formas diversas para a ampliação das oportunidades educacionais para pessoas nessa faixa etária. Os espaços de leitura que oferecem atividades sistemáticas têm um papel essencial na constituição de valores positivos relativos à aprendizagem de conhecimentos. Além disso, a manutenção do espaço de leitura e das atividades ali desenvolvidas é capaz de promover o desenvolvimento de vínculos duradouros entre as crianças, adolescentes, seus familiares e os profissionais responsáveis pelos espaços de leitura. A longo prazo, esses elos contribuem para estimular comportamentos leitores nas comunidades onde as bibliotecas estão inseridas. Muitas vezes, os espaços de leitura são as únicas referências educacionais efetivas nas comunidades onde estão situados. A biblioteca transforma-se, então, em um espaço privilegiado, onde, além do acesso ao lúdico, a criança tem a possibilidade de empreender suas próprias buscas para superar problemas ou mergulhar na sua imaginação, e onde a figura do mediador desempenha um papel bastante significativo, como se verá no item específico correspondente.

11.1.2. Sobre a qualidade e diversidade do acervo

A principal diretriz que orienta a constituição dos acervos dos espaços de leitura ou bibliotecas apoiados pelo programa Prazer em Ler é de que estes sejam constituídos com livros que expressem a diversidade e a qualidade da literatura e com outros suportes de texto que sejam relevantes e adaptados aos interesses do público atendido.

A literatura, sobretudo a literatura infanto-juvenil, é o universo dominante na maioria dos acervos dos projetos de leitura do programa Prazer em Ler. As crianças e adolescentes são o público prioritário dos projetos do programa e o acesso a livros de literatura não é, em geral, uma realidade na maioria das suas comunidades. Esse acesso limitado ao livro na infância, sobretudo em idade precoce, compromete em muito o desenvolvimento do potencial da criança tanto de se tornar um leitor, como de ampliar seu universo de conhecimento.

Os acervos de literatura devem idealmente ser constituídos com vistas à formação de um leitor autônomo, capaz de descobrir nos contos de fadas, mitos, livros de literatura infanto-juvenil, na poesia e literatura universal como um todo, significados que contribuam para a descoberta de sua identidade e para a sua relação cidadã com a sociedade

que o cerca. O contato com a literatura deve ser, assim, estimulado pela organização do espaço e pela mediação feita pelo profissional responsável. O que esse contato vai, de fato, promover individualmente em cada leitor, é algo que não se mede da mesma forma que os indicadores de desempenho escolar. O programa Prazer em Ler crê que o mais importante é criar as condições necessárias para que a intimidade com o livro se estabeleça na vida das crianças, adolescentes e das pessoas do entorno comunitário, tendo a leitura literária um papel significativo nesse processo.

Em pesquisa realizada junto a jovens de comunidades periféricas francesas, Michele Petit registrou depoimentos surpreendentes sobre a representação positiva do acesso a bibliotecas, como se lê abaixo:

“A biblioteca ideal é a que permite que as crianças sonhem e que não lhes imponha ideias, imagens ou histórias, mas que lhes mostre possibilidades, alternativas. Essas coisas terão uma ligação profunda com sua vida adulta, mais tarde. Ler histórias, pura e simplesmente, talvez só pelo prazer de contar, mostrar que se pode sonhar, que existe saída e que nem tudo está imóvel. Que inventem sua vida, que é possível inventar a própria vida. E que talvez, para inventar a própria vida, é preciso primeiro a matéria-prima; é preciso ter sonhado para poder sonhar e criar. A busca de si mesmo, o encontro consigo mesmo, é a coisa mais importante para um ser humano, um indivíduo”³⁶.

“Para mim, a leitura não é uma diversão, é algo que me constrói. A biblioteca me permitiu imaginar filmes, fazer meus próprios filmes como se eu fosse um diretor. Ia com frequência à biblioteca para ler histórias em quadrinhos, mas parava nos livros. Às vezes, lia o resumo de livros grossos e densos, imaginava a história; lia a primeira página, a primeira linha e presumia tudo o que se passava”³⁷.

Uma biblioteca ou espaço de leitura deve ser, portanto, um universo capaz de despertar a possibilidade de descoberta, vivida por um leitor que desbrava o que lê em direção a significados novos para a sua vida, em uma busca de novos sentidos que vão se juntar às suas experiências diversas. Para que tal processo seja colocado em movimento, é essencial que o conjunto de livros e outros suportes de texto sejam diversificados e adaptados a interesses múltiplos. Outra orientação do programa Prazer em Ler destaca a importância de sempre se manter, na biblioteca, dicionários atualizados, além de outras publicações de referência para pesquisa ou para a aprendizagem de diversos conteúdos específicos. No entanto, os acervos que recebem, para a sua constituição, o apoio do programa Prazer em Ler devem priorizar os livros de literatura. Essa escolha se justifica na crença de que o contato com a leitura literária é o mais propício a despertar uma relação de intimidade com o livro. Uma relação que não passa apenas pela “compreensão” do que está sendo lido, mas pelo despertar do que Sartre chama de “Consciência Imaginante”. Em outras palavras, um impulso que leva o leitor a uma entrega, ao abandono relativo do mundo que o cerca para se colocar em um movimento criativo, lúdico, prazeroso, que alimenta sua construção como sujeito livre, autônomo e crítico. Como afirma Hans Robert Jauss, pioneiro da estética da recepção: *“...a leitura, como experiência estética, é, portanto, sempre, “tanto de libertação de alguma coisa quanto libertação para alguma coisa”³⁸.*

O principal critério para a indicação de livros de literatura é a observação da qualidade das imagens e da narrativa, elementos que devem ser capazes de alimentar o interesse e atenção do leitor, estimulando seu gosto pela leitura. Não se deve esperar nada de útil da leitura literária. O acúmulo de conhecimento é objetivo de outros tipos de textos, que devem ser avaliados segundo outros critérios de qualidade. O livro de literatura deve ter como motivação principal a “fruição estética”, uma experiência descrita por Jauss como *“... uma atitude onde o sujeito é libertado pelo imaginário de tudo aquilo que torna a realidade de sua vida cotidiana constrangedora”³⁹.* Assim, é no potencial de um determinado livro em criar um vínculo direto com a imaginação do leitor que o programa Prazer em Ler se apóia para incluí-lo nos acervos das bibliotecas apoiadas. Privilegia-se livros que são *“eternos e sempre novos”*, como diz Ana Maria Machado⁴⁰. Em geral, essas publicações ganham uma dimensão de universalidade, pois falam diretamente à alma, ao espírito, e não são destinadas a uma tipo cultura específica ou mesmo a uma determinada de faixa etária: não são raros os livros lidos na infância aos quais sempre voltamos para buscar significados para nosso presente.

³⁶PETIT, Michèle. Os Jovens e a Leitura – Uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2008.

³⁷Depoimento do jovem Daoud, in PETIT, Michèle. Os Jovens e a Leitura – uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2008, p.32.

³⁸JAUSS, Hans Robert. Pour une esthétique de la réception. Paris, Gallimard, 1978. Citado in JOUVE, Vincent. A Leitura. São Paulo: UNESP, 2002, p.108.

³⁹Id. ibíd., p.7.

⁴⁰MACHADO, Ana Maria. Como e Porque Ler os Clássicos Universais desde Cedo. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002. p.24.

11.1.3. Mediação – o papel do educador na construção da autonomia na leitura

O programa Prazer em Ler tem trabalhado na perspectiva de que o educador mediador de leitura é a figura central para possibilitar a mudança no comportamento leitor nas comunidades em que está inserido. Seja através da biblioteca escolar, de salas de leitura em organizações não-governamentais ou de bibliotecas comunitárias, esses profissionais vêm atuando no sentido de promover o gosto pela leitura entre crianças, adolescentes e seus familiares. Adotando esta estratégia de longo termo, o programa Prazer em Ler investe na formação desses profissionais, começando com o estímulo para que eles desenvolvam uma maior intimidade com a leitura literária, algo ainda limitado mesmo entre o público de educadores brasileiros.

Ideias e conceitos reunidos em diversos documentos do programa Prazer em Ler sintetizam o papel do mediador nos seguintes termos: *“O educador mediador proposto pelo programa Prazer em Ler é alguém responsável pelo planejamento e realização da programação de leitura do espaço e preparado para realizar esta tarefa. É o educador que acompanha o leitor em sua busca, que observa com acuidade e perspicácia para orientar, identificando temas que lhe são significativos...”*⁴¹

A mediação deve gerar um movimento de autonomia no próprio leitor, o que é constitutivo da identidade de toda biblioteca. Para que essa autonomia ocorra entre crianças, principalmente entre aquelas que são muito pequenas ou que tiveram experiência limitada com o acesso ao livro, é importante criar os meios físicos e humanos que se incorporem ao cotidiano e que sejam facilmente percebidos. *“O educador mediador tem, portanto, uma dupla tarefa: 1) apresentar o universo de livros aos leitores, apontando caminhos de transformação, possibilidades de se inserir nesse universo, inovando-o e 2) estimular a responsabilidade e cuidado para com esse patrimônio da humanidade, algo que precisa ser conservado como memória”*⁴².

Para além do atendimento direto a crianças que frequentam cotidianamente a instituição, os projetos de leitura, da forma como vêm sendo apoiados pelo Instituto C&A, vêm contribuindo para a ampliação do capital cultural das comunidades, pois o acesso a bibliotecas e espaços de leitura cria possibilidades reais de crianças, adolescentes e jovens construir vínculos positivos com o conhecimento e, dessa forma, elaborarem novas estratégias para sua inserção na sociedade.

Michele Petit faz uma descrição do papel do mediador de leitura como um agente essencial na consolidação dos projetos, programas ou mesmo ações pontuais de incentivo à leitura: *“... não é a biblioteca ou a escola que desperta o gosto por ler, por aprender, imaginar, descobrir. É um professor, um bibliotecário que, levado por sua paixão, a transmite através de uma relação individual. Sobretudo no caso dos que não se sentem muito seguros a se aventurar por essa via devido a sua origem social, pois é como se, a cada passo, a cada umbral que atravessam, fosse preciso receber uma autorização para ir mais longe. E se não for assim, voltarão para o que lhes é conhecido”*⁴³.

*“Não é apenas para iniciar à leitura, para legitimar ou revelar um desejo de ler, que o papel de um iniciador aos livros se revela primordial. É também, mais tarde, no acompanhamento do trajeto do leitor. Por exemplo, nos bairros marginalizados, para aqueles que elegeram a biblioteca em vez de vagar pelas ruas, que ousaram atravessar a porta uma primeira vez e depois voltar regularmente, não significa que tudo esteja garantido. Ainda falta ultrapassar muitos umbrais. E muitas vezes os trajetos se interrompem bruscamente”*⁴⁴.

Um mediador de leitura tem funções múltiplas. No programa Prazer em Ler, é este profissional que se constitui como referência inicial para qualificar a relação das crianças e adolescentes com a literatura. Sua relação próxima com o universo literário é o quesito a partir do qual ele pode vir a exercer papéis relevantes nas vidas dos leitores que frequentam a biblioteca. A ação de um mediador de leitura, como afirma Michèle Petit, vai muito além de atividades de leitura que tenham um teor puramente objetivo. Na grande maioria das vezes, os educadores mediadores de leitura criam vínculos duradouros com os usuários. Ouvem suas sugestões, ampliam o acervo a partir delas, criam situações que façam o leitor ter vontade de voltar a visitar o espaço, ampliando, assim, o público

⁴¹ Guia de Avaliação e Acompanhamento de Projetos de Leitura do Programa Prazer em Ler: Lab Social, 2007.

⁴² Idem, p.28.

⁴³ PETIT, Michèle. Os Jovens e a Leitura – Uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2008, p.166.

⁴⁴ Id. ibid., p.166.

inicialmente planejado para ser atendido pelo projeto de leitura. Tendo em vista essa multiplicidade de ações a serem desempenhadas, o programa Prazer em Ler vem investindo na consolidação de um perfil desejado para um mediador de leitura. Segue abaixo uma descrição resumida das funções incluídas nesse perfil:

- Aproximar leitores potenciais ou aprendizes da leitura dos objetos portadores de texto (livros, jornais, revistas, textos escritos disponíveis, internet, etc).
- Seduzir os leitores, aproximando-os dos textos, usando argumentos que os convençam do prazer da leitura, da beleza e riqueza dos textos.
- Orientar os leitores para que desenvolvam intimidade com os vários tipos de texto, sobretudo entre aqueles que precisam ainda desenvolver uma relação mais íntima com a leitura.
- Compartilhar saberes, renovando velhas significações, instigando o pensamento na busca de outros significados, contrapondo diferentes visões e entendimentos⁴⁵.

Uma boa mediação é feita de encontros bem sucedidos, em que o mediador, levado por sua paixão e por seu desejo de compartilhar o gosto de ler, estabelece uma relação personalizada, tanto com os livros, como com os leitores. Petit aprofunda o sentido desta relação ao afirmar que o mediador é alguém que acolhe, que recolhe as palavras do outro e com ele estabelece um vínculo afetivo, sem deslizar-se para uma mediação do tipo puramente pedagógico. Por isso o seu papel é o de estabelecer pontes. Ele está em uma posição chave para levar os principiantes da leitura a acertarem em suas escolhas e, para isso, o conhecimento do acervo é fundamental. O mediador então age no sentido de tornar a biblioteca aquilo que um jovem entrevistado por Michele Petit disse sobre o que é uma biblioteca ideal: *é aquela que quando entramos para buscar certo livro, encontramos outro*⁴⁶.

Muitas vezes, a paixão de um mediador por livros e por textos pode ser, por si mesma, o elemento que seduz o leitor aprendiz a aproximar-se dos livros. As fórmulas nunca estão prontas e as receitas nem sempre funcionam, mas há caminhos trilhados nesta área que apontam para o significativo papel do mediador, aí considerando a sua capacidade de mobilizar o sujeito leitor para o seu envolvimento em situações de leitura e planejar atividades, – seja com indivíduos isoladamente seja com grupos de leitores – cuidando para que a leitura seja um ato orientado para a descoberta do (s) sentido (s) do texto.

11.1.4. A gestão de projetos de leitura

O programa Prazer em Ler compreende gestão como um conjunto de processos e procedimentos articulados, visando o alcance de metas e objetivos planejados, monitorados e avaliados. Esses processos e procedimentos vão desde a apropriação e desenvolvimento de técnicas e instrumentos operativos, até as relações entre os diferentes “fazer” internos à organização e sua relação com o ambiente externo, com a comunidade e seus diferentes atores.

Existem diferentes tipos (gestão de pessoas, gestão financeira, gestão de projetos...) e modelos de gestão (gestão por resultados, gestão participativa, etc). O programa Prazer em Ler não define um determinado modelo de gestão unificado para todas as organizações parceiras. Entretanto, define e orienta alguns princípios que devem ser considerados na gestão dos projetos de leitura que apoia de modo a que possam articular e incidir em todas as atividades sócio-educativas e culturais desenvolvidas pelo projeto de leitura e pela organização, seja ela biblioteca comunitária ou outro tipo de instituição mantenedora de um espaço de leitura.

Considerando que a totalidade dos projetos apoiados pelo PPL desenvolve atividades educativas e está no campo da organização comunitária para a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, um dos principais desafios é incorporar, nos processos de gestão, princípios que se traduzam em procedimentos que garantam coerência com a proposta político-pedagógica desse campo de atuação através das ações e do funcionamento da biblioteca ou espaço de leitura.

⁴⁵GARCIA, Edson Gabriel, in Livro do Educador II. Cenpec, Instituto C&A, 2007, p.103 e 104.

⁴⁶PETIT, op. cit., p.186.

Nesse sentido, a gestão de um projeto de leitura deve considerar os fins para os quais o projeto foi criado, desde a concepção do espaço (ambiente, mobiliário, iluminação, ventilação), do acervo (tipo de materiais, diversidade e qualidade); da mediação da leitura (atividades propostas, organização que valorize os objetos de leitura), até a participação da instituição como um todo e da comunidade do entorno nos processos de planejamento e avaliação. Assim, a estratégia de gestão tem que buscar a ampliação da visibilidade e do sentido do projeto de leitura na instituição e na comunidade, envolvendo todos os segmentos – crianças, adolescentes, educadores e/ou cuidadores, mães, pais, comunidade do entorno, gestores da instituição, mediadores de leitura e gestor do projeto de leitura.

O gestor do projeto de leitura, que também deve ser mediador, tem o papel fundamental de orquestrar a gestão, ou seja, de articular processos e procedimentos para a realização de uma gestão articulada e participativa. Um bom começo para a gestão a partir desses princípios é identificar qual o principal objetivo a que o projeto visa atingir.

Se o público principal é composto por crianças e adolescentes – como acontece na maioria dos projetos do programa Prazer em Ler – a instituição deve ter clara a concepção de criança e adolescente posta no ECA – a saber, a criança e o adolescente como sujeito de direitos –, assim como os princípios de participação desses sujeitos em atividades, processos e programas que diretamente atingem e/ou dizem respeito à sua vida. Dessa forma, perceber quem é a criança e o adolescente a quem estamos querendo seduzir para a leitura, qual a situação em que vive, do que gosta e do que desgosta, é um passo fundamental para elaborar um bom planejamento do projeto. Do mesmo modo, entender como as pessoas da organização lidam com a leitura, tanto em seus fazeres pedagógicos quanto como em suas vidas cotidianas, também são pistas interessantes para desenvolver estratégias participativas de gestão de um projeto de leitura.

Como já foi dito, o coordenador do projeto de leitura, que deve ser também mediador de leitura, é um profissional fundamental para o estabelecimento uma gestão democrática e participativa. Para tanto, deve estar sempre em ampla comunicação com os gestores da instituição que abriga o espaço de leitura.

O conceito de gestão de projetos de leitura que vem sendo empregado no programa Prazer em Ler está diretamente relacionado às funções que o mediador de leitura exerce para tornar a leitura algo cotidiano na instituição da qual faz parte. Levando em consideração que o gestor/mediador é o responsável pelo planejamento e organização de tudo o que acontece no espaço de leitura e de sua articulação com a vida institucional e comunitária, sua atuação envolve desde assumir atividades práticas que definem o funcionamento da biblioteca até a definição de estratégias para a geração de vínculos com a comunidade que circunda esse espaço de leitura.

A articulação dos processos de gestão se concretiza por via de monitoramento e avaliação a partir de um Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Projetos de Leitura desenvolvidos pelo programa Prazer em Ler. Neste sistema, o item gestão reúne diferentes atributos que devem ser considerados tanto na figura do mediador/gestor, quanto nas condições construídas para o desenvolvimento do projeto.

Assim, é de responsabilidade do mediador/gestor o cuidado com o espaço e sua preparação para as diferentes atividades de leitura, o cuidado com o acervo, e a promoção da interatividade do leitor com outros leitores e com os livros. Para que isso aconteça é necessário que o mediador construa, juntamente com sua equipe, mecanismos para planejar e avaliar sistematicamente suas ações e o funcionamento do espaço, criando condições para o envolvimento e a participação das crianças, dos adolescentes e da comunidade atendida nos projetos.

Assim, pensar a gestão de um projeto de leitura implica em dar conta de uma diversidade de funções que devem realizar-se de forma articulada e em expandir a promoção da leitura também para as articulações comunitárias.

No Sistema de Acompanhamento e Avaliação, algumas dessas funções são detalhadas nas atividades a serem realizadas pelo mediador/gestor do projeto de leitura juntamente com sua equipe, tais como:

1. Elaboração do plano de desenvolvimento do espaço de leitura de forma participativa, envolvendo os leitores e outros agentes do espaço de leitura. O plano é realizado com base no projeto de leitura e deve conter: objetivos, atividades, horários, acordos e responsabilidades quanto a:

- planejamento da organização e funcionamento do espaço;
- definição sobre a organização do acervo, especialmente de literatura;

- programação semanal, mensal ou de eventos pontuais de atividades de leitura;
- atendimento e orientação para empréstimos dos livros;
- orientação de pesquisas e outros serviços oferecidos pelo espaço;
- definição dos procedimentos e instrumentos para monitoramento e avaliação do projeto.

2. Produção de materiais de comunicação do projeto e das programações do espaço de leitura, de modo a dar maior visibilidade às atividades realizadas na biblioteca. Isto pode ser feito por meio de:

- elaboração de um plano de comunicação, incluindo:
- contatos e/ou encontros com diferentes lideranças comunitárias para divulgar sistematicamente a programação de leitura realizada no espaço de leitura e convidar os moradores para participar dos eventos;
- programações conjuntas com outras organizações locais: organizações governamentais, escolas, grupos comunitários, bibliotecas, etc.
- exposição de materiais de informação sobre as produções e programação do espaço de leitura nos locais de grande circulação de moradores da comunidade: comércio, postos de saúde, escolas, espaços de convivência entre outros.

Resumindo, a gestão do projeto de leitura deve considerar os três eixos estruturadores do programa Prazer em Ler – acervo, espaço e mediação – articuladamente aos objetivos do projeto de leitura e à missão da organização.

Portanto, o gestor do projeto de leitura deve incumbir-se de construir com sua equipe mecanismos de envolvimento e participação dos diferentes segmentos nos processos de decisão sobre a seleção dos acervos, dinâmica de funcionamento do espaço, preparação de atividades de mediação de leitura, acompanhamento e avaliação dos resultados. Deverá, ainda, aprofundar-se no conhecimento sobre acervos, concepções de leitura e práticas de mediação e gestão participativas.

Para isso, o gestor/mediador deverá – além de ser um leitor – desenvolver seu espírito investigativo e experimentador, investindo em sua própria construção como sujeito educador/pesquisador, que faz da prática a fonte de inspiração para o diálogo e a reflexão teórica, na perspectiva de qualificar cada vez mais as estratégias de formação de leitores.

12. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA⁴⁷

12.1. Redes e articulações – uma proposta metodológica

O Instituto C&A não pretende criar novas redes, mas, sim, apoiar instituições que tenham percebido na articulação e trabalho em rede uma estratégia de potencializar ações de promoção da leitura. Objetivamente, estamos apoiando 6 instituições que lideram processos de articulação. Todas são instituições que possuem um histórico de parceria com o Instituto C&A dentro do programa Prazer em Ler, incluindo a instituição Cirandar, de Porto Alegre que, apesar de ser um projeto novo, vem sendo gerenciado por Márcia Cavalcanti, que coordenou o projeto de leitura no Instituto Leonardo Murialdo, em Porto Alegre, entre os anos 2006 a 2008, também apoiado pelo programa Prazer em Ler. Tais instituições são:

1. Avante – Salvador (BA) – articulação com a rede de bibliotecas comunitárias de Salvador;
2. Biblioteca Multicultural Nascedouro – articulação com a rede de bibliotecas comunitárias da Região Metropolitana de Recife (PE) (8 bibliotecas) – nos bairros de Peixinhos, Pina, Coque, Ilha do Retiro, em Recife; Bairro Novo, em Olinda e ao lado do Shopping Guararapes, em Jaboatão dos Guararapes;
3. Associação dos Amigos das Bibliotecas Saber com Sabor (Cuiabá-MT) – 8 bibliotecas e um ônibus, apoiados em rede pela Prefeitura de Cuiabá;
4. Projeto Cirandar (Porto Alegre-RS) – 4 bibliotecas comunitárias nos bairros Cristal, Vila Farrapos, Vila Pinto e Morro da Cruz;
5. União de Moradores da Vila dos Frades (São Luís-MA) – articulação com instituições locais no bairro;
6. Escola Estadual Conselheiro Carrão (Curitiba-PR) – 3 escolas e uma creche nas regiões de Uberaba e Bairro Novo.

⁴⁷Em anexo – material do Sistema de Avaliação e Acompanhamento de Projetos de Leitura do programa Prazer em Ler, com conceitos referentes ao sistema, princípios e instrumentos, em processo de revisão.

Um ponto interessante é que, mesmo sem a orientação do Instituto C&A, todas as instituições líderes estão propondo fazer linhas de base para diagnosticar a situação das bibliotecas com as quais pretendem articular-se em suas respectivas redes. Um outro aspecto é a importância dada à formação: todas as organizações estão dedicando esforços e recursos para “formar” educadores mediadores, seguindo a metodologia Espaço-Acervo-Mediação do programa Prazer em Ler. Mais um ponto comum na gestão dos projetos destas instituições é a inclusão de ações de monitoramento e avaliação, mostrando que processos próprios ao programa Prazer em Ler estão sendo incorporados pelas instituições apoiadas, mesmo quando estas se lançam em iniciativas que vão além dos propósitos dos projetos de leitura inicialmente apoiados.

Também é importante ressaltar que as instituições acima mencionadas estão bem articuladas com o andamento de políticas públicas nacionais e locais para a promoção da leitura. Algumas delas já são pontos de leitura no PNLL. Na mesma direção, tais organizações percebem a importância de conhecer bem o contexto de financiamento a projetos de fomento à leitura em suas respectivas localidades. Em Recife/Olinda, aventa-se a ideia de monitorar e influenciar os processos de definição de orçamento público no sentido de contemplarem a área da leitura. Nesse sentido, vale a pena destacar uma outra iniciativa apoiada pelo Instituto C&A: o projeto do IDE, em Natal. Ainda que não esteja incluída no conjunto de ONGs que lideram ações articuladas com o desafio de gerar redes, o IDE faz um trabalho valioso de articulação, criando vínculos fortes entre as escolas públicas e influenciando o contexto político do Rio Grande do Norte na área de promoção da leitura. Recentemente, o IDE obteve um resultado concreto dessa sua atuação: a aprovação de um projeto de lei em prol da leitura literária nas escolas públicas do estado.

O grande desafio para o Instituto C&A é transformar essas ações pontuais em uma metodologia para fortalecimento de ações articuladas no campo da promoção da leitura. Definir princípios, diretrizes, objetivos gerais e estratégias para esse tipo de ação se faz necessário. Tomando como ponto de partida objetivos comuns a todas as redes apoiadas, podemos seguir os exemplos abaixo:

- 1) Criar mecanismos de conexão entre as bibliotecas comunitárias e outros agentes promotores da leitura nos municípios e estados onde o PPL atua;
- 2) Garantir o acesso à leitura do maior número de crianças e adolescentes nas áreas onde o PPL atua;
- 3) Sensibilizar a sociedade em geral através de campanhas e eventos de comunicação;
- 4) Mapear iniciativas de promoção da leitura nas localidades onde as ações em rede estão sendo desenvolvidas, percebendo as diferentes formas de atuação das mesmas;
- 5) Acompanhar e monitorar as políticas públicas de promoção da leitura;
- 6) Apoiar bibliotecas comunitárias e outras instituições promotoras da leitura em seus processos de fortalecimento institucional e desenvolvimento dos vínculos com as comunidades onde atuam.

13. RESULTADOS ESPERADOS

13.1. Para o objetivo específico 1

Desenvolver projetos de leitura em diferentes espaços institucionais (ONGs, escolas, bibliotecas e outros) em regiões comerciais da C&A.

O atual contexto do programa Prazer em Ler aponta para sucesso na implantação de projetos de leitura nas organizações apoiadas chegando a um índice de 74% de desempenho excelente/bom. Espera-se elevar essa meta para 80% de projetos considerados excelentes e 20% atendendo aos critérios de bom desempenho.

O instrumento que permitirá ao programa Prazer em Ler diagnosticar o alcance dessa meta é uma linha de base ou marco zero, que, no início do II Ciclo (ano), foi elaborado e apresentado a todas as instituições que comporão a nova fase do programa, iniciada em 2009. Uma vez analisados seus resultados, o marco zero apresentará o retrato atual da situação dos projetos de leitura, mostrando o universo dos leitores divididos por faixa etária, gênero, escolarização, entre outros fatores; revelando como tais leitores respondem a situações de aproximação ou distanciamento em relação à leitura de livros de literatura e de outros suportes de texto. É de se esperar que até o final do II Ciclo ocorram mudanças no comportamento leitor, sobretudo no que se refere ao grau de autonomia em relação à frequência ao espaço e à diversidade e qualidade do acervo consultado. Os conceitos de competência leitora descritos na fundamentação teórica presente neste documento deverão servir de referência para a avaliação destas mudanças. Ainda é muito cedo para aferir, no entanto, os índices quantitativos e qualitativos que vão guiar tal avaliação.



13.2. Para o objetivo específico 2

Disseminar na sociedade em geral o reconhecimento da importância da leitura, por meio de uma comunicação contínua, sistemática e com alto grau de acessibilidade.

A disseminação do reconhecimento da importância da leitura para a sociedade em geral realiza-se através de ações de campanhas, de eventos e da relação com a mídia. Ainda não há uma linha de base que demonstre os impactos iniciais do I Ciclo do PPL e que aponte para estratégias que gerem resultados mais efetivos. Na verdade, dados mais objetivos só poderiam ser obtidos através de uma pesquisa ampla de opinião, com parceria com um instituto de pesquisa habilitado, que pudesse constatar a situação inicial de um determinado público no que diz respeito à ideia de que a leitura é algo importante para uma sociedade. O que se tem, até o momento, é um conjunto de investimentos em ações que podem levar a uma mudança gradual na aceitação da discussão do tema na mídia e em eventos específicos à área de atuação do Instituto C&A.

Para o II Ciclo, o maior objetivo é dar continuidade a esse tipo de estratégia de maneira articulada com atores-chave, tais como os setores públicos, os fóruns específicos sobre o tema e com organizações que atuem para influenciar políticas públicas.

Espera-se, também mobilizar a sociedade através dos concursos Escolas de Leitores e Cidades Leitoras, além da disseminação da metodologia do programa Prazer em Ler, publicada em livro.

13.3. Para o objetivo específico 3

Articular diferentes agentes sociais que atuam ou podem atuar na promoção da leitura.

Esse objetivo tem relação direta com o anterior, já que, para uma melhor disseminação do reconhecimento da importância da leitura na sociedade, é mister empreender ações articuladas com agentes sociais que atuam na promoção da leitura. No entanto, aqui as metas e indicadores apontam para um impacto direto na ampliação do conjunto de instituições e agentes sociais com o qual o Instituto C&A hoje interage na área de promoção da leitura. Além do já referido Plano Nacional do Livro e da Leitura, existem algumas iniciativas governamentais e não-governamentais que apontam para a realização de estratégias de articulação prioritárias para o programa Prazer em Ler. São elas:

- a continuidade da parceria com a Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte (através de projeto, já apoiado, do Instituto de Desenvolvimento da Educação (IDE) e do concurso Escolas de Leitores);
- Prefeitura da Cidade do Recife: com a Gerência Operacional de Literatura e Editoração – GOLE, para a organização do Festival Recifense de Literatura – A Letra e A Voz;
- Secretaria de Educação do Rio de Janeiro, para a realização do concurso Escola de Leitores, em parceria com a Fundação Nacional do Livro Infante-Juvenil (que será apoiada pelo programa Prazer em Ler também no Salão do Livro Infantil e Juvenil e em Natal com Leituras);
- Escritores Indígenas, concedendo-se apoio ao 6º Encontro de Escritores Indígenas durante o Salão do Livro Infantil e Juvenil, a exemplo do que foi feito em 2008;
- Secretaria Municipal de São Paulo, para a realização do concurso Escolas de Leitores, entre outros.

Espera-se, ainda, com o concurso Cidades Leitoras, encontrar focos de atuação que mobilizem vários setores da sociedade civil e do Estado, em ampla articulação com o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL).

14. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO (EM DESENVOLVIMENTO)



BIBLIOGRAFIA

- COLOMER, T. **A formação do leitor literário**. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2003. p.454.
- COLOMER, T. **Andar entre livros – A leitura literária na escola**. Trad. Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007. p.207.
- FOUCAMBERT, J. **A leitura em questão**. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artmed, 1994. p.158.
- GARCIA, E.G. **Prazer em ler**. In: Instituto C&A – Cenpec. São Paulo: [s.n.], 2006. n.p.
- INSTITUTO C&A; LABSOCIAL. **Guia de acompanhamento e avaliação de projetos de leitura**. São Paulo: [s.n.], 2007.
- INSTITUTO C&A; CENPEC. **Prazer em ler**. São Paulo: [s.n.], 2006. n.p.
- INSTITUTO C&A; CENPEC. **Documento de referência**. São Paulo: [s.n.], 2008. n.p.
- INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008. n.p.
- JOUVE, V. **A leitura**. Trad. Brigitte Hevot. São Paulo: UNESP, 2002. p.164.
- LAJOLO, M.; ZILBERMANN, R. **Literatura infantil brasileira – História & histórias**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2002. p.192.
- MACHADO, A.M. **Texturas sobre leituras e escritos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. p.224.
- PETIT, M. **Os jovens e a leitura – uma nova perspectiva**. Trad. Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2008. p.192.
- PNLL. **Documento base do PNLL – 2006**. Disponível em: <http://www.pnll.gov.br> . Acesso em: 06 agosto 2009.